

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**URBANIZAÇÃO
EM NACALA E ANGOCHE 1960-1994**

O PROCESSO DE FIXAÇÃO SUB-URBANA E CARACTERÍSTICAS
SÓCIO-CULTURAIS DA VIDA DOS HABITANTES DUAS CIDADES
MOÇAMBICANAS

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos
requisitos exigidos para a obtenção do grau de
Licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane

Hámido Chamacame Mucussete

911.375.5 (679)
M 942 m ol

Maputo

1996

F. LETRAS U. E. M.
R. E. 26262
DATA 8 Maio 1998
ADMISSÃO Coleta
HT-58

HT-58

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais e irmãos, aos naturais, residentes, amigos e simpatizantes de Angoche e Nacala.

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

RESUMO

Este trabalho pretende ser um contributo para a análise da urbanização em Moçambique, concretamente das cidades costeiras de Angoche e de Nacala. É constituído por uma parte descritiva, a qual trata:

- 1º o processo do crescimento urbano destas cidades desde o princípio do séc.XX,
- 2º o processo de fixação periférica das famílias locais.

A edificação destas cidades é fruto da presença colonial europeia no país, sendo Angoche a mais antiga e Nacala a que cresceu mais rapidamente. A sua expansão implicou a transferência forçada das famílias que mais próximo daí viviam em habitações dispersas para as zonas mais afastadas. Nos finais da década de 1960 e nos princípios da década seguinte verificou-se um crescimento de habitantes nativos que abandonavam paulatinamente o campo. O número de habitantes urbanos aumentou já nos anos posteriores à independência devido a vários factores (económicos, sociais e mais recentemente a guerra).

Na parte analítica abordam-se aspectos da vida sócio-cultural dos habitantes, na qual se constata que a dimensão pequena dessas cidades e o acesso dos seus habitantes à produção agrícola permite a existência de uma estrutura social com características das zonas rurais. É o poder tradicional que vela por todas as questões (ligadas às terras, ao comportamento social, etc.) da vida do indivíduo ao nível local.

Portanto, é um poder de dimensão comunitária ou local profundamente enraizado que está presente em todo o país havendo, no entanto, diferenças de em diferentes regiões, o que mostra a realidade cultural do país, mas também apresentando características comuns na sua estrutura.

Finalmente o trabalho recomenda que qualquer medida do governo que abranja as populações locais (como por exemplo a lei de Terras) deve ter em conta certa realidade sócio-cultural.

ÍNDICE	PÁGINAS
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 METODOLOGIA.....	4
2. URBANIZAÇÃO.....	7
2.1. CONCEPÇÃO URBANÍSTICA.....	7 ✓
2.2. CARACTERÍSTICAS DAS DUAS CIDADES.....	11
2.2.1. RESUMO GEOGRÁFICO.....	11
2.2.2. BREVE RECUO HISTÓRICO.....	14
2.3. A CIDADE DE ANGOCHE.....	16
2.3.1. CONSTRUÇÃO DOS BAIRROS EM ANGOCHE.....	20
2.3.2. ORDENAMENTO DE POVOADOS DE ANGOCHE.....	25
2.3.3. ASPECTOS IDEOLÓGICOS.....	33
2.4. A CIDADE DE NACALA.....	35
2.4.1. SITUAÇÃO E FUNDAÇÃO.....	35
2.4.2. FIXAÇÃO PERIFÉRICA E CONSTRUÇÃO DE BAIRROS EM NACALA....	37
2.4.3. POPULAÇÃO.....	41
3. ACTIVIDADES ECONÓMICAS.....	42
3.1. ESTRUTURA GEOGRÁFICA.....	42
4. A PROBLEMÁTICA DE TERRAS.....	48
4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	48
4.2. A PROBLEMÁTICA DE COBRANÇA DE RENDAS.....	51
5. AUTORIDADE TRADICIONAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE URBANA..	54
5.1. INTRODUÇÃO.....	54
5.2. CONCEITO BÁSICO DA AUTORIDADE TRADICIONAL.....	56
5.3. OS MAXÉHE E AS CHEFIAS TRADICIONAIS.....	63
5.4. O REGULADO E AUTORIDADES TRADICIONAIS.....	70
6. CONCLUSÃO.....	74
6.1. RECOMENDAÇÕES.....	77
BIBLIOGRAFIA.....	79

ANEXOS:

ANEXO-I:TERRAS: ACESSO, POSSE E SEGURANÇA DE POSSE....i-ix

ANEXO-II:REALOJAMENTO E PROBLEMAS DE POSSE DE TERRAS EM
NACALA E ANGOCHE.....x-xix

ÍNDICE DOS MAPAS

ÍNDICE DAS TABELAS

1. INTRODUÇÃO

A Urbanização é um processo complexo que é universal, mas devido às diferenças tecnológicas, entre outras, os fenómenos específicos apresentam-se de maneiras diferentes em diferentes países do Globo.

Para complicar ainda mais, a definição do urbano apresenta-se como algo complexo e dependente de experiência cultural dos autores. Por esta razão, a questão sobre o urbano-rural prevalece num contínuo debate, embora uma distinção básica entre a cidade e o campo tenha sido aceite, desde cedo, por estudiosos que se dedicam à este assunto.

Em Moçambique, o crescimento das populações urbanas ou peri-urbanas devido, em grande parte, à migração de indivíduos ou grupos de indivíduos atraídos pelas possibilidades de emprego vem verificando-se, principalmente, desde as últimas décadas do período colonial.

Este fluxo migratório ganhou ritmo depois da independência e agravou-se durante a guerra pós-independência quando o fenómeno deixou de significar um simples êxodo rural para tornar-se numa deslocação massiva envolvendo todos os estratos etários das populações que procuravam abrigo contra incursões dos dois beligerantes.

As cidades moçambicanas e muitos aspectos da sua vida económica e social tinham sido encarados com certa hostilidade pelos governantes na altura da independência e nos anos seguintes. No momento presente muitos aspectos da vida nas cidades como a onda de/ criminalidade, falta de participação visível na produção, /etc./, são questionados. Além disso, aparecem

outros problemas difíceis necessitando investimentos etc. como por exemplo a erosão, drenagem de águas das chuvas, transportes, etc. /

/ Alguns dos aspectos são vistos como resultados de migrações campo-cidade e de aumento progressivo das populações nas cidades, acompanhadas de transferências de hábitos do campo para as cidades. /

/ Porém, essa explicação parece simplista porque tendo em conta factores económicos, muito se afigura perfeitamente racional e adequado aos recursos existentes. O que está em causa é melhor conhecimento dos próprios processos de urbanização e fixação nos bairros periféricos, e da estrutura social da população dessas cidades. /

O objectivo geral deste trabalho é analisar os aspectos da vida urbana, tocando nos quer aspectos de natureza social e económica, quer nos de natureza político-administrativa, que reflectem um universo sócio-cultural local e aparecem também na memória colectiva.

Para atingirmos tal objectivo, precisamos de delinear as seguintes tarefas específicas:

=> Descrever o processo de ocupação de terras, isto é, fixação dos nativos e o super-povoamento no meio urbano de Angoche e Nacala, e abordar as questões como o sentimento de posse, a segurança de propriedade como argumentos para os conflitos que a intervenção estatal gera na gestão social e de terras, ao não considerar as regras vigentes no contexto local;

=> Analisar as relações sociais, tanto de parentesco em busca do sentido de "EU" em relação à família (no seu sentido

africano), isto é, se se verifica uma ruptura no relacionamento parentesco, já que em sociologia urbana se considera que "a cidade constitui-se com a ruptura dos laços de parentesco e com a substituição do controle social patriarcal por um controle social político"¹. E relações sociais laborais, para avaliar o progresso local da divisão laboral que implique uma interdependência dela (divisão laboral) derivada;

=> Apresentar o poder tradicional (que como protótipo para uma organização social de base comunitária ou rural, ainda prevalece e funciona) na sociedade moçambicana que se pretende urbana;

=> Retratar as vicissitudes por que passou este poder tradicional, a sua essência, estrutura e variação, e a sua relação (tanto de submissão como de interdição) com os poderes formalmente instituídos;

=> Avaliar o seu papel na manutenção ou busca de harmonia social da sociedade que, regida por instituições formais do Estado, ainda vive sob este legado; ou seja, encontrar explicações sobre o porquê da sociedade que vivendo em ambientes considerados socialmente como urbanos, ainda prefere, serve-se e satisfaz a sua preocupação com aquela instituição tradicional, o que dá (até hoje em dia) sentido a sua sobrevivência.

Este trabalho é mais um levantamento de factos do que uma investigação orientada em função de testar hipóteses. Mas urbanização em muitos centros do país é um processo que carece de informações.

Há certos planos ou medidas do governo cuja implementação

¹.Cfr. Ledrut, R., 1968, p.26.

suscita ressentimentos devido à não observância de factores locais de natureza sócio-cultural. O conhecimento e a compreensão de tais universos sócio-culturais locais, apesar das suas diferenças em diferentes cantos do país², poderia ajudar o Governo a definir planos e medidas de gestão social a adoptar.

1.1 METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho foi preciso efectuar pesquisa de campo, através de entrevistas orais, junto do grupo social alvo desta pesquisa, bem como consultar a bibliografia existente.

Contou também com alguma experiência pessoal. Enquanto estudante universitário, o autor visitou por várias vezes Nacala e Angoche colhendo informações úteis para este trabalho. Participou em diversos seminários em que se debatia a questão da autoridade tradicional e descentralização administrativa no estado democrático, e também, a problemática das Terras, destacando-se os seminários promovidos pela Comissão de Terras do Ministério de Agricultura e Pescas.

A consulta de diferentes fontes bibliográficas foi fundamental e serviu de ponto de referência para este estudo. Infelizmente, a escassez de informação específica e actualizada

². Aliás, conforme nos referirémos a frente, está em curso uma pesquisa sócio-cultural sobre o poder/autoridade tradicional de todo o país. Tal pesquisa abarca muitos aspectos da vida da sociedade moçambicana. Colhem-se e registam-se as informações destacando as diferenças e semelhanças em diferentes vivências culturais. O que poderá de certo modo ajudar o governo a encontrar uma plataforma de medidas administrativas com o mínimo de conflitos de carácter sociológico.

sobre o tema e a região em estudo tornou maior a nossa preocupação de prosseguir com o trabalho. Pois, muita informação foi obtida em relatórios de vários trabalhos técnicos, orientados para outros objectivos, elaborados por especialistas ligados ou à ONGs ou aos respectivos Conselhos Executivos que, directa ou indirectamente fornecem importantes elementos para esta pesquisa.

Preocupados também ficamos com o facto de nenhuma bibliografia geral (consultada) sobre a matéria de urbanização incidir sobre Moçambique.

As entrevistas que conduzimos, serviram para a obtenção de informações mais precisas e actualizadas sobre aspectos relacionados com a problemática em estudo, sobretudo, as questões como ocupação de terra e lideranças comunitárias.

No trabalho descrevemos semelhanças e diferenças, sobretudo, nos aspectos quer sociais, económicos, quer culturais das duas cidades referindo ainda como, o exemplo que constatamos nalguns outros centros urbanos do país.

Com o método estatístico pretendemos construir um quadro de estimativas da densidade da população, para dar uma imagem aproximada de nº dos habitantes de Nacala, desde 1980 até 1994.

Foi também indispensável, para elaboração da dissertação, o conhecimento do autor da realidade geográfica e cultural local.

Ainda no trabalho também são apresentados mapas geográficos, alguns dos quais de fonte não identificada, mas obtidos através de um colega e amigo, também, finalista de História e Geografia na Universidade Pedagógica. Trata-se do Sr. Mussa Amade à quem tanto agradecemos pela sua colaboração e contribuição na procura

de fontes escritas sobre Nacala.

2. URBANIZAÇÃO

2.1. CONCEPÇÃO URBANÍSTICA

A busca de um modelo padrão para a explicação científica da definição ou das características urbanas é uma das maiores preocupações que tem remetido vários estudiosos (desde antropólogos, sociólogos, urbanistas, ambientalistas, geógrafos e outros cientistas do ramo social) em trabalhos de pesquisa, sobretudo, desde a revolução industrial, período o qual marca um grande avanço no processo europeu de urbanização moderna.

Algumas correntes urbanísticas ou alguns autores que se dedicam ao estudo deste assunto, procuram interpretar o fenómeno social que o é urbanismo com base nos modelos do mundo industrial.

Na sua análise, Gibbs por exemplo, partindo de relatórios ou estudos estatísticos e de visão de espaço geográfico sem levar em conta o seu estado administrativo, sustenta a prevalência de dois critérios para a definição de espaços urbanos: "a extensão da área populacional e a composição industrial desta população"³, enquanto Banton, inspirado em Durkheim, explica a urbanização com base na densidade social e pelas diferenças qualitativas das relações sociais entre o meio urbano e arredores⁴. Seguindo este pensamento, a ideia com que se fica é de que o carácter de uma área urbana depende da concorrência dos factores tais como: o tamanho do local habitado e da população, e o seu tipo de desenvolvimento económico.

³. Gibbs, J.P. Urban Research Methods [s.l.], 1961, p.23.

⁴. Banton, Michael, "Urbanization and..." London, 1973, p.47.

Cientes de que não podemos equiparar, em termos concretos, o desenvolvimento económico destas cidades ao das do mundo industrial, este factor (desenvolvimento económico) não nos parece um critério aceitável para a avaliação urbanística. Por outro lado, em termos demográficos, ainda não foi definido um padrão numérico universal da população para dar um carácter urbano.

McGee debruçando-se sobre a evolução social como último dos seus três modelos (incluindo a evolução demográfica e económica), no sentido de torná-la comum e extensiva para análise urbanística, afirma que "as mudanças sociais são um processo aparentemente irreversível uma vez iniciado"⁵.

Aqui acrescentamos que o tempo necessário para a efectuação de tais mudanças (sociais radicais) é variável, também, dependendo de vários outros factores intervenientes no processo de transformação de cada região. Factores esses, quer sejam sócio-económicos, sócio-culturais (ou simplesmente, históricos), quer sejam geográficos ou regionais.

E os estudos⁶ mostram que o crescimento das cidades do III Mundo é em termos do crescimento da população urbana, embora, sem a capacidade de os seus governos alargarem todas as infra-estruturas, quer administrativas, públicas, de serviços quer habitacionais.

No caso de Moçambique, por exemplo, as nacionalizações ocorridas logo após a independência contribuíram para as pessoas ocuparem de uma forma mais ou menos 'instantânea' as cidades, em

⁵. McGee, T. G., Op cit, 1975, pp.16-18.

⁶. Cfr. McGee, T. G., 1975, p.14.



1974-76. É inegável que alguns dos actuais moradores já habitavam nessas cidades ou nas suas periferias até a altura das nacionalizações, tendo aperfeiçoado o modo de vida urbano.

E de 1976 em diante, a guerra interna obrigou de uma maneira brusca à emigração para os principais centros urbanos do país. O corolário destes acontecimentos todos, certamente, encontrou o governo desprevenido para responder às exigências ligadas à urbanização.

Na tentativa de fazer convergir as premissas contidas nas abordagens de diferentes autores, para melhor desenvolver conceito de urbanização, Rigotti, procura associar, em classes, os vários factores intervenientes neste processo de urbanização e classificá-los naquilo que ele próprio chamou de elementos de composição urbanística, ei-los:

- Factores naturais (climáticos e territoriais);
- Factores humanos, sociais (organização social; assistência social; saúde; educação, etc.) e ambientais (usos, tradições e costumes; religião e política);
- Factores económicos (relações económicas entre as distintas áreas urbanas; modalidades de propriedade privada do solo; expropriações); e
- Factores legislativos (limites administrativos);

De um modo geral Rigotti, observando os modelos teóricos de outros autores, apresenta os principais factores que devem ser considerados pelos investigadores deste assunto.

Dado que

"são óbvios os vínculos entre os factores naturais, ambientais e, de um modo particular, os legislativos que tanta importância assumem na definição, em matérias de urbanismo, das

características de um determinado agrupamento social"¹,
é difícil isolar tais elementos atrás referidos.

¹. Rigotti, G., *Ibidem*, p.177.

2.2. AS CARACTERISTICAS DAS DUAS CIDADES

2.2.1. RESUMO GEOGRÁFICO

São duas cidades costeiras da província de Nampula, na região Norte do País.

A de Nacala localiza-se na costa Leste, junto a uma baía do mesmo nome, nas proximidades da ponta Maiaia, incorporando parte dos territórios centro-setentrionais da península de Fernão Veloso.

Considerada como baía muito profunda e protegida de ventos violentos Nacala constitui também um porto natural que se estende por cerca de 8 milhas marítimas (uma milha corresponde a 1852 metros)⁸. A baía de Nacala é ligada à de Fernão Veloso por uma passagem estreita entre as pontas de Naherenque e Sacamulo.

Nacala era e parcialmente é um território de extensa (embora não muito densa) vegetação da qual os habitantes extraíam troncos e estacas para a construção das suas habitações, para pequenas embarcações pesqueiras e para outros fins. E nalgumas áreas da cidade, principalmente fora da zona de cimento, a vegetação deu lugar à novas habitações organizadas em bairros, os chamados bairros rurais que falaremos mais a frente.

No seu relatório, Voabil, falando do aumento da densidade populacional devido à imigração de pessoas de outros distritos ou regiões, asseverou que:

"a competição pela ocupação ou uso de terra tem aumentado, assim como o uso de combustível lenhoso e material de construção. O desflorescimento e formas inapropriadas de cultivo entre outros,

⁸. Roteiros da costa da República Popular de Moçambique, 1986, p.134.

asseveram a erosão e o seu empobrecimento⁹".

A outra cidade, a de Angoche, localiza-se na ponta de um extenso distrito pantanoso com a mesma designação, à Sul desta província. É também costeira e confina-se com o canal que separa a parte insular da continental do distrito. Lupi descrevia a parte costeira do território nos seguintes termos:

"Um fundeadouro mais comprido do que largo, de águas lodosas correndo com força à vazante ou à enchente, com baixa cortina de mangal verde-escuro, a seguir de águas, como que nascendo dela por a primeira fiada de árvores estar quase completamente submergida no preamar¹⁰".

Referia-se a este canal estreito mas muito comprido, com cerca de 4 milhas de ancoradouro até à fóz do rio Chilabane, no Posto Administrativo de Boila. Este arqueado canal que quase circunda a parte do continente permite a comunicação entre a cidade e aquela antiga Localidade, através de canoas ou pequenas embarcações.

Do ponto de vista de geografia física, sem o uso de meios auxiliares como mapas, ou mesmo fotografias aéreas, é difícil descrever a margem insular deste canal, isto é, só um conhecedor da região pode descrever a disposição geográfica das ilhas e dos canaletes de comunicação entre elas. Porque enquanto se navega para o arquipélago nota-se que as águas se estendem entre vários pontos dispersos de florestas, com cerca de 100m² ou mais de área, deixando pequenos espaços marítimos que permitem acesso às ilhas habitadas. A parte continental de Angoche prolonga-se pelo interior, para o Sul e para o Norte até aos limites com outros

⁹.Voabil, C.C., 1993, p.55.

¹⁰.Lupi, E. do Couto, 1906, p.1.

distritos como Mogovolas, Moma e Mogincual respectivamente.

2.2.2. BREVE RECUO HISTÓRICO

O aspecto urbano ou moderno das cidades de Angoche e Nacala, à exemplo de tantas outras cidades moçambicanas, tem estreita relação com a estrutura social e económica de tempo colonial. E como centros urbanos, com características modernas, datam do início do Séc.XX, período que a autora Leite considerou como sendo o das "origens da colonização moderna"¹¹.

Conforme vimos atrás, localizam-se junto à costa, característica geográfica comum da maioria das cidades de que Moçambique dispõe. A distribuição de tais cidades no sentido Sul-Norte, em termos das datas de construção urbana, explica-se pela própria história da colonização imperialista na Africa Austral que também tomava este sentido.

Há que ter em consideração, a história antecedente/anterior à de estabelecimento ou expansão, no sentido contrário, Norte-Sul, dos arabo-persas, factor suahilizante, que com mais incidência nos Séc.X/XII (D.C.) em diante desenvolveram os primeiros contactos comerciais e culturais até ao prelúdio do domínio colonial português.

Pois, eram algumas das principais estações do comércio pré-colonial onde se estabeleciam e faziam trocas as populações nativas com os povos vindos da costa nordeste de Africa e do indico Oriental e com os europeus. No caso concreto desta região nordeste de Moçambique Angoche, praia de Quissimajulo e, sobretudo a contra costa de Simuco eram importantes portos comerciais.

¹¹. Leite, J. P., 1983, p.15.

Pode-se depreender que as interferências directas dos portugueses durante a segunda fase de sua presença nesta costa (período imperialista) ditaram o fim do florescente comércio e culminaram com a guerra de ocupação efectiva do território. É nesse sentido que afirmamos que a passagem do poder administrativo para as mãos dos portugueses não foi um processo pacífico.

Com efeito, só em 26 de Setembro de 1861, foi que o prazeiro zambeziano Bonifácio Alves da Silva conseguiu tomar de assalto as Ilhas de Angoche, sobretudo, a de Khatamoyo, onde no mesmo dia pereceu (vítima de uma bala inimiga). Mas Angoche só foi definitivamente ocupado cerca de 1880. Enquanto a "baía de Fernão Veloso, esta foi conquistada em 1830 pela decisão do então Governador-Geral Paulo José Miguel de Brito"¹², mas abandonada pouco depois, em 1833, até nova ocupação em 1898.

Foram instalados postos militares de vigia tanto no Parapato (Angoche) como no Fernão Veloso. Postos esses que mais tarde evoluíram ao estatuto de comandos militares (até 1921 data da sua extinção pela portaria nº68 de 27/3/21) que serviam de ponto de partida para a penetração pelo interior da região, durante as guerras de ocupação.

As condições favoráveis do canal de Angoche e da baía de Nacala, para a utilização das suas águas para atracagem e cabotagem de navios teriam suscitado o interesse em montagem de pontes cais, cujo desenvolvimento das actividades contribuiu para a necessidade de se fazerem construções para residências dos trabalhadores, para os serviços administrativos e comerciais.

¹².Pelíssier, René, Vol.I, 1987, p.59.

Por outro lado, o desenvolvimento do comércio que se fazia nas duas regiões entre os povos vindos de barco e os nativos, pode ter preparado o terreno para posteriores iniciativas de construção urbana do estilo moderno. Pois, tanto Parapato como a então região genericamente conhecida por Fernão Veloso eram importantes portos desse complexíssimo comércio.

A segunda metade do Séc.XIX testemunha o grande desenvolvimento comercial que estes centros conheceram, quando a partir de 1853/54 "começaram a radicar-se firmas comerciais europeias que instalaram sucursais em vários pontos no litoral norte de Moçambique"¹³, mesmo quando os portugueses ainda não detinham autonomia política sobre a região.

2.3. A CIDADE DE ANGOCHE

A cidade de Angoche (que é mais antiga do que a de Nacala) formou-se basicamente depois de 1885, embora parte de seus edifícios estivessem sendo construídos desde 1881. O plano inicial de edificação de Angoche foi aprovado pela Portaria Provincial nº34/76 de 26 de Fevereiro de 1876. A inauguração, em 26 de Setembro de 1900, da primeira igreja cristã na vila e a construção, em 1909¹⁴, da missão de São Luíz Gonzaga de Malatane expressa a vontade de criar também uma hegemonia cultural. Havia também um crescimento de habitantes de origem europeia que logicamente tinham ou requeriam construções habitacionais ou de

¹³. Rocha, A., 1989, p..595.

¹⁴. Moreira, P.P.G., in STÚDIA nº24 (1968), p.99.

serviços do modelo cultural, o ocidental.

Porém, Parapato tem sido zona vítima de acontecimentos geofísicas tais como, o tufão que em Dezembro de 1899 abalou a povoação tendo destruído alguns edifícios, incluindo a paróquia de António Enes¹⁵ e, mais tarde, o ciclone que "entre 1939 e 1945 destruiu a vila"¹⁶.

Com a completa derrota das resistências locais à ocupação portuguesa, em 1910/12, a preocupação então traduzia-se nas aspirações económicas que em grande medida devem ter criado motivações no processo de construção urbana e sua expansão que desde c.1950, ia crescendo até ao período da independência. A necessidade de pelo menos fazer o processamento primário de produtos agrícolas e florestais deve ter ditado a instalação de três indústrias de castanha de cajú, em 1970, uma fábrica de descasque de arroz, em 1939(?)¹⁷, e uma serração de madeira.

Foram também construídas as instalações do Instituto de Cereais de Moçambique (I.C.M.)¹⁸ para o fomento agrário, além de pequenas oficinas, latoaria (Metal Box) e bombas de abastecimento de combustíveis fluidos.

Para facilitar o embarque/desembarque marítimo, foi construída a primeira ponte cais junto da capitania local (zona

¹⁵.Ibidem

¹⁶.Negrão, J.& Sopa, A., "Meio Ambiente Urbano...", 1996, p.97.

¹⁷.Negrão, J. et all.A Participação Comunitária..., Maputo, 1996, p.96, não apresenta o ano da sua instalação.Entretanto, a comparação, em termos de produção, que faz entre esta e a de Sisal em Natíri, dá-nos a entender que o <<processo de industrialização de Angoche>> situa-se entre as décadas de 1930-70.

¹⁸.Não temos a data da sua construção, mas pensamos que tenha sido na segunda metade da década de 1960, ou mesmo de 1970, quando o governo colonial cria condições para o fomento agrário.

localmente designada por Antèya ou Wantèya, nome de um navio que circulava naquelas águas durante o período em causa) que depois foi transferida para a área de Boleia, onde foi também instalada uma empresa pesqueira, actualmente designada Emopesca de Angoche.

As razões dessa transferência podem estar ligadas, ou às condições desfavoráveis de montagem de quindaste de carga ou, talvez, à baixa profundidade das águas deste local do canal para atracação e manobras de barcos grandes. Lupi, em 1906, dizia que dos portos do território de Angoche, "sendo todos eles subordinados às condições de maré, só o de António Enes é o que admite menores navios oferecendo canal de entrada com profundidade mínima de 4 braças em prea mares"¹⁹. Pois, devido à essa relativa baixa profundidade o canal sofreu trabalhos de dragagem.

E, até hoje, encontra-se imobilizado no local um navio grande que se encalhou definitivamente, na década de 1960, que para não impedir o trânsito de outros navios, este foi puxado para junto a margem do canal, onde foi encostado e cimentado à terra numa espécie de ponte.

Até ao período recente, nalguns dos seus compartimentos funcionavam serviços de bar/restaurante. Actualmente serve de um monumento turístico e, principalmente, de estação de embarque/desembarque de passageiros que viajam de barco à remo ou à vela de e para as ilhas do arquipélago de Angoche.

Para dar uma imagem elucidativa, a área de construção urbana, isto é, a cidade de Angoche ainda que em construção, compreendia a seguinte posição geográfica:

¹⁹.Lupi, Op cit, p.16.

- Dos limites com os mangais de Muchelele, à Sudeste, ia até M'gata (ou Ón'gata - zona limite da cidade com o actual bairro do Inguri) à Noroeste;

- De Muchelele confina-se com o mar, à Leste, até à zona da Capitania. Da Capitania a cidade prolonga-se em direcção à Nordeste, passando por M'ssanga (na área onde está localizada a farmácia distrital) até deparar-se com os mangais de Máalani (no Púli) onde, devido à configuração do mar, esta é desviada pouco para o interior onde se une à restante área urbanizada, através de edifícios (como é o caso de hospital) construídos sobre a parte baixa do monte Parapato.

No cimo deste monte, que isola a área do Púli das restantes áreas urbanas, foram instalados os serviços meteorológicos. Parece que devido ao prolongamento deste monte arenoso "com cerca de 50m de cota"²⁰, por um lado, e dada a configuração irregular do mar, por outro, o que torna o bairro do Inguri uma península, a cidade não foi muito expandida em direcção à Norte, tendo terminado nas bombas de Shell, logo à entrada para dentro da urbe.

Esta descontinuidade foi eliminada na zona pantanosa, há menos de três quilómetros da cidade. Começa de imediato a zona industrial onde, com efeito, estão localizadas as três fábricas de cajú e respectivos armazéns, as instalações do I.C.M. e a central térmica, além de alguns cafés/restaurantes ao longo da única via de acesso terrestre à sede de Angoche e dentro das grandes plantações de cajú e coco que ocupam extensas áreas até à boca da cidade.

²⁰.Lupi, Op cit, p.4.

Entretanto, o crescimento da cidade, em termos do espaço urbanizado verifica-se desde a década de 1950 e em 26 de Setembro de 1970 é que a então vila de António Enes é elevada à categoria de cidade²¹.

A expansão urbana em Angoche implicou a deslocação das populações nativas para as zonas mais periféricas sob ordens da administração colonial. Assim, as populações então residentes em Muchelele, Mlempe ou M'ssanga (área onde se localiza a farmácia distrital) e Púli foram transferidas para as matas do Inguri, para os territórios de M'malomo (ou M'nhambachale) e Tamole ou para as áreas além da aludida farmácia onde havia uma espécie de povoação de pescadores.

Resta-nos, no entanto, compreender como e quando foi possível aos africanos se fixarem nas áreas limítrofes ou mesmo junto aos centros das cidades, onde hoje encontramos grandes bairros com algumas construções modernas. Porque temos de ter em conta todas as contrariedades do regime português na história colonial (o indigenato, o regime do trabalho obrigatório e diversos impostos) que podiam ser um motivo suficiente para evitar a aproximação.

2.3.1. CONSTRUÇÃO DOS BAIROS EM ANGOCHE

Ao falarmos de construção de bairros pretendemos abordar o período desde a fixação periférica da população autóctone até ao

²¹. In: discurso do Administrador de Angoche, José Geraldo de Brito Rodrigues Caetano, alusivo à passagem do 25º aniversário da mesma cidade, assinalado em 26 de Setembro de 1995, p.3.

ordenamento urbano das suas habitações.

É quase comum entre os autores urbanistas, demógrafos e outros investigadores da área social constatar que, paralelo ou consequentemente à construção dos centros das cidades formam-se, amiúde, aglomerações humanas nas zonas limítrofes ou periféricas dessas cidades.

É indicado como um dos principais factores que originam esta configuração, a migração de pessoas ou de grupos de pessoas atraídas pelas melhorias de condições de vida, ou ainda, pelas novas oportunidades de ocupação e realça-se assim o factor económico, sobretudo, as leis de procura e oferta de trabalho²².

Tais migrações, no entanto, tomam com frequência dois sentidos convergentes, para estas zonas intermediárias entre o meio rural e o urbano e, para cada caso, elas dependem geralmente de razões específicas: incremento paulatino da população que desiste de viver na cidade para a periferia e o crescimento constante de número de indivíduos ou grupos que abandonam o campo²³, mas porque a cidade encontra-se superpovoada ou com insuportáveis exigências de vida, os imigrantes vão ocupando as áreas periféricas cada vez mais extensas.

Para este último caso de movimento migratório, tais autores explicam, basicamente, que é o urbano que atrai os migrantes. Este ponto de vista, como via de regra, é indiscutível mas, a sua validade torna-se efectiva a partir do momento em que haja construída a cidade.

Quer dizer, os autores convergem em considerar que a saída

²². Rigotti, G. Op cit, 1967, p.67.

²³. Mausbach, Hans, 1977, p.12.

de populações das áreas consideradas rurais para os centros urbanos, chamando este movimento de êxodo rural, é consequência de existência urbana. Mas parece-nos nunca ter havido preocupação em se saber se são apenas as cidades que atraem os migrantes ou estes é que geralmente constroem-nas.

Ao que pudemos constatar, grande parte das cidades costeiras à Norte de Moçambique, como por exemplo a de Angoche, conforme explicamos atrás, foi construída sobre ou junto de antigos centros comerciais. O estabelecimento desses centros é narrado ou comentado por muitos historiadores²⁴.

Por exemplo, Rocha debruçando-se sobre o processo de transição do tráfico para aquilo que chamou de "comércio legítimo" fala de estabelecimento de casas comerciais que instalaram sucursais em vários pontos do litoral como Parapato²⁵, em que a comunidade indiana, vulgos banianes, desempenharam importante papel de comerciante. Pois, embora tivessem que se fixar, não investiam o seu capital em propriedades como plantações ou machambas, mas sim, nos estabelecimentos comerciais.

²⁴.Hafkin, N.J., 1973, pp.30 escreveu que "os Swahili estabeleceram-se em locais férteis e proveitosamente em lugares favoráveis ao comércio marítimo, principalmente o xeicado de Quitangonha entre a zona da baía de Fernão Veloso e de Condúcia..., e o Sultanato de Angoche desde o Sul de Sangage até transpor o rio Ligonha".Por outro lado, quando a mesma autora, Op cit, p.30, afirma que "com o estabelecimento da colónia no Fernão Veloso, destinada a eliminar o monopólio comercial do xeicado com os Amakhuwa, a presença portuguesa ameaçou seriamente a autonomia do xeicado de Quitangonha".Isto pressupõe existência de uma actividade (a comercial) que por sua vez exige um espaço geográfico;Além disso, Duarte, R.T., 1993, p.38, citando Nurse & Spear a propósito da comunidade Bantu no Kenya, disse que "vieram estabelecer-se junto a costa onde adoptaram o mar como via para a sua sobrevivência."

²⁵.Rocha, A., Loc cit, 1989, p.595.

Por seu turno, Ferreira, falando das dificuldades de penetração que os portugueses enfrentaram em Moçambique, comparativamente à Angola, disse:

"o islamismo tinha já estabelecido raízes profundas... uma elite local, principalmente Swahili, vivia em cidades administradas por árabes que tinham divulgado a sua cultura e religião"²⁶.

São exemplos com os quais pretendemos argumentar que nalguns desses locais haviam já condições, em termos de movimento social/humano, para a criação urbana.

Porém, não vamos entreter-nos na questão retórica sobre a origem das cidades, dado o nosso objectivo ser de estabelecer linhas de análise sobre como e quando foi possível a formação sistemática dos bairros africanos, junto das cidades.

Ao analisarmos este aspecto impõe-se-nos a necessidade de tomar como base, o regime político vigente nesse período, uma vez que entendemos que tal (regime político) é que, geralmente, dita o curso da história de cada povo.

Neste sentido, este factor (regime político) pode ser argumento a elucidar que o sistema que codificava a matéria do indigenato, decretando o trabalho obrigatório, impostos e outras obrigações²⁷, veio perpetuar o distanciamento dos nativos em

²⁶. Ferreira, E. S., Lisboa, 1977, p.55.

²⁷. Cunha, S., p.151 falando da modificação, no papel, do sistema datado de 1878, cita o primeiro artigo deste regulamento com o seguinte teor: "*todos os indígenas das colónias portuguesas são sujeitos à obrigação moral e legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem de subsistir e de melhorar a sua condição social*". E na p.250, ainda sobre o mesmo regulamento, realça o código de trabalho de 1928 cujo significado era: "o trabalho obrigatório, forçado ou compelido" e nesse código o Estado português considerava como norma fundamental, "*a relação com as populações das colónias, a sujeição ao uso de trabalho obrigatório*". Por seu turno, Newitt, M., 1981, pp.106 e 115 enfatizou que "*African labour was seen as the greatest resource which the colonies possessed and the one whose value could most easily be*

relação aos centros urbanos coloniais (embora o xibalo se estendesse à todos os pontos do território, no campo e também na cidade), uma vez que as relações entre este poder e o das famílias já se tinham exacerbado aquando das guerras de ocupação.

Em 1926, foram promulgadas leis que traduziam a intenção de o novo regime estreitar as relações com as colónias através de imposição de um controle mais directo e rigoroso sobre os seus recursos²⁸. Tais recursos incluíam o homem africano que laborava sob um controlo administrativo e policial.

Deste modo, supomos que a fixação em zonas distantes dos centros urbanos fosse uma alternativa de vida livre. Mas, com o curso do tempo, a necessidade cada vez maior de conseguir meios de adquirir bens (geralmente importados) num mercado muito mais monetarizado (do que nos tempos anteriores), ou meios para pagar impostos conduzia os nativos aos mercados de trabalho.

Contudo, a fixação dos nativos próximo dos centros urbanos coloniais começou a ser notado entre as décadas de 50-60 e 60-70 (e em ritmo mais acelerado nos anos 1970-79), período o qual, justifica-se entre os autores da história colonial portuguesa em África que, sob a pressão dos ventos de mudanças políticas no contexto internacional, o Estado português introduziu algumas reformas legislativas em relação às suas colónias.

Embora fossem consideradas como, apenas, reformas formais

realised. Labour resources are frequently among the principal assets of underdeveloped countries and they can be utilised both as a substitute for capital investment and as a means of accumulating capital. Before the 1930s... conditions for African labourers in the Portuguese colonies... The methods employed to extort labour, the physical violence frequently used on the workforce, cheating on pay, underpayment, forcible re-contracting and many other abuses are too widely and well attested to be seriously doubted".

²⁸. História de Moçambique, Vol.3, . 1995, p.29.

(pois, devido ao regime colonial português eram quase inaplicáveis), em 1955, era aprovado um decreto que regulamentava o emprego nas obras públicas. Em 1960, foi estabelecido o salário mínimo e abolidas, em 1962, todas as formas de trabalho forçado, assim como o regime do indigenato que distinguia o civilizado e o não civilizado. Essas medidas culminaram com a reforma constitucional de 1971 que alterou a designação das colónias, chamadas já províncias ultramarinas, desde os anos 50, para Estados (Estado de Moçambique)²⁹.

2.3.2. ORDENAMENTO DE POVOADOS DE ANGOCHE

Em Angoche, foi a partir de 1966 que se verificou o início de construção ordenada, em filas, das casas dos nativos, sob as ordens do administrador português que os angochianos alcunharam-no de 'Namuchu'. E as primeiras zonas de urbanização africana foram Inguri, Puli e Cerema. Ora comecemos pelo bairro do Inguri.

Inguri é uma península com cerca de sete quilómetros de extensão que em tempos remotos estava coberta de florestas quer mangal quer de tipo de floresta localmente designado *n'guri*. Assim, *wí-guri* ou *e-guri* ou ainda *mwí-guri* é o território onde abunda este tipo de floresta. Daí que, ao ser aportuguesado o

²⁹.Ferreira,E.S., Op cit, 1977,pp.35-39.Ainda em relação à legislação sobre as reformas sociais temos a destacar além do Decreto nº43893 de 06/09/1961, que revogou o Decreto-Lei nº39666 que promulgou o estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique; o Decreto nº43895 de 06/09/1961 que mandou criar as juntas provinciais de povoamento de Angola e Moçambique; e o Decreto nº43897 de 06/09/1961 que reconhece nas províncias ultramarinas os usos e costumes locais, reguladores de relações jurídicas privadas.

termo *n'guri* ficou *inguri* como nome do território.

O seu povoamento começa com o advento da construção da cidade, como o resultado de movimentação dos antigos habitantes que, vindos das ilhas de Katamoyo e Siku-piri (os donos consideram como sendo as primeiras a serem habitadas de todas as ilhas do arquipélago³⁰) estabeleceram-se em Muchelele (área já absorvida pela cidade).

Daí começaram a chegar outras pessoas, de expressão puramente *Emakhuwa* quer vindas das regiões interiores ou das regiões costeiras mais à Norte e à Sul.

De Muchelele as pessoas começaram a transferir-se para a península, habitando em casas esparsas na zona de M'gata (ou Óngatà). Estes foram os primeiros. A seguir, também, pessoas que habitavam os territórios do Púli vieram se fixar já na área logo depois de M'gata.

A povoação terminava inicialmente na casa do antigo Régulo. Porém, à medida que as pessoas iam chegando encontravam terrenos livres nas zonas cada vez mais afastadas do centro urbano e recheadas de matas que exigiam o derrube para erguer-se uma palhota.

A povoação ia consideravelmente crescendo, com habitações de pau-a-pique, maticadas e tão pouco distanciadas que só se podiam comunicar através de caminhos muito sinuosos e meandrosos.

Com a transferência do porto, da capitania para a zona de Boleya (onde actualmente funciona a Emopesca de Angoche)urgia a necessidade de abertura de uma estrada que permitisse a

³⁰.Cfr.Régulo Chale Abdala (Bairro do Inguri, 18/02/96).

comunicação entre a cidade e a nova ponte cais. Porém, a disposição dispersa das casas indígenas criava dificuldades no prosseguimento das obras de estrada.

Assim, em 1966/7, sob as ordens do Administrador (Fausto de Matos ou Fastudo Matos como os nativos pronunciam?) que substituíra, em Dezembro de 1963, Pinto Coelho, inicia-se uma campanha de destruição de casas de construção desordenada, para dar lugar às construções disciplinadas ao longo da estrada.

Parece que já existia um critério de atribuição de terrenos. Daí que alguns entrevistados referiram-se que ao interessado pelo terreno era lhe atribuído uma senha que lhe dava o direito à ocupação³¹.

Mas ao longo das margens da referida estrada, para criar uma boa imagem estética tais talhões eram atribuídos aos que dispunham de condições para erguer casas duráveis.

A área de urbanização foi sendo ampliada, com abertura de outras ruas paralelas e perpendiculares que separam os quarteirões e quase o total dos limites do bairro (excepto no limite com a cidade) é o mangal ou mar que chega mesmo a afectar algumas casas.

Outro bairro mais antigo e junto da cidade é Puli que, embora, grande parte da sua área tenha sido ocupada pela cidade, foi dos territórios habitados desde cedo (algumas entrevistas apontam 1920 como o ano de início de ocupação). As populações viviam na povoação de M'ssanga (zona da farmácia distrital).

Em 1927(?), o administrador colonial traçou ordens para as

³¹.Cfr. Srs.Mucussete Hage (B.Inguri, 18/02/96) e Atibo Ossufo (B. Inguri, 17/02/96).

famílias abandonarem a zona, visto estarem muito junto da cidade³² que estava em expansão, então, a melhor saída era deixar o terreno livre de habitações tradicionais.

Este facto espalhou as famílias pelas colinas de Malomo (prolongamento no sentido Sul-Nordeste do monte Parapato), onde as casas precárias eram constantemente arrasadas pela erosão, principalmente no período de chuvas.

Os nativos guardavam um sentimento rancoroso pela perda forçada das suas antigas possessões territoriais. E onde há determinação ensaia-se qualquer truque (parece também que havia no poder colonial durante essa altura dirigentes que, entre outros actos, fomentavam corrupção sexual). Daí que, em 1975³³, um ilustre homem de nome Charifo Omar instruiu duas belas mulheres para se dirigirem ao então administrador Pereira (Ferreira(?), que outros alcunharam de "Agora-Agora") e pedir que cedesse de volta aos donos, aquele espaço proibido ao povoamento africano. Pois, as condições da zona para onde estes foram expulsos não eram propícias, por isso mesmo, sentiam-se preocupados com a perda do seu território natal. Assim, com a

³². Cfr. Sr. Lipine Jamal (B. Puli 1996); mas Branquinho, em sua Prospecção das forças tradicionais do distrito de Moçambique, p.101, assenta a ocorrência destes factos sobre o ano de 1967, quando a administração colonial visando atenuar a resistência à demolição forçada de palhotas dos nativos, construiu a casa do régulo Zuamu-zuaamu nos territórios de Tamole, onde foram demarcados talhões e para onde foi transferido o único clube social e bar de diversão, onde os nativos podiam frequentar, cuja gerência foi encarregue o próprio regedor. Todos esses incentivos tinham como finalidade, atrair as populações de modo a afastá-las das zonas adjacentes da cidade sem maiores tumultos. Tendo em conta que outras povoações como Inhambane viram nas décadas de 20-30 a transferência de palhotas e casa cobertas de colmo e makuti para fora dos limites da cidade, as duas datas são provavelmente correctas.

³³. Falta confirmar a data, porém, maior parte dos entrevistados afirmou que, como bairro, a zona do Puli foi povoada desde 1975/6, mas antes da formação do bairro podiam-se ver algumas habitações muito isoladas e mal localizadas.

cedência por parte do administrador, as populações começaram a retornar.

Embora alguns moradores sejam descendentes de habitantes das ilhas de Angoche, Puli é actualmente habitado, geralmente, por pescadores que deixam os territórios de Tamole para se aproximarem da cidade. Tamole é outro vasto e mais periférico território da cidade. Banhado pelo oceano, localiza-se a Nordeste estendendo-se desde Malomo em direcção à mais a Norte até ao limite com o território de Guirguigi. É em Tamole que se localizam as praias da cidade.

Cerema é o bairro mais distante da cidade, localizado a sete quilómetros, junto da Missão de S. Luiz Gonzaga de Malatane. Foi aberto em 1973 depois de derrube de enormes e vastos embondeiros por máquina à diesel, durante o mandato do administrador Ferreira/Pereira(?), sob orientações do governo colonial que pretendia construir um centro urbano satélite de Angoche.

É limitado por duas estradas paralelas de comunicação entre a cidade e o aeródromo, local onde estas se unem prolongando-se até Sangage. Além dos embondeiros haviam ali, também, plantações de cajú e coco pertencentes à Missão em referência.

Cerema é um dos bairros da época colonial que ainda não tem electricidade. Apesar disso havia ligação telefónica para as casas de alguns proprietários, ligação telefónica essa que caiu em desuso num período muito recente.

Dentro da Missão de Malatane havia certas infraestruturas quer sociais, de serviços, quer de ofícios que até certa medida proporcionavam um mercado de trabalho. Além das plantações e criações de gado diverso e dos armazens a missão dispunha também

de um centro de educação e respectivo internato, um hospital dotado de enfermaria e maternidade. Realizavam-se operações cirúrgicas, sobretudo, de pessoas que sofriam de hidroceles (doença frequente na região norte do país) e eram aí internadas.

Disponha também de um centro de oficinas de olaria. Localizada junto de uma lagoa que abastece a cidade de água canalizada a Missão dispunha de uma motobomba e de um gerador que alimentavam as instalações de água e energia. Porém, a missão nunca alimentou o bairro de energia nem de água canalizada. As populações consomem água dos poços abertos junto dos pântanos e nas margens dos ribeiros onde se produz muito arroz e o bairro dispõe de quatro furos de água.

Em termos de protecção contra a erosão, este bairro, localizado num terreno plano e longe dos pântanos com excepção da parte norte (onde é limitado por um riacho) está em melhores condições.

É maioritariamente habitado por famílias vindas das zonas mais periféricas, ou mesmo, de outros distritos, falantes de *Emakhuwa* (seja da variante do interior *Embamela*, seja da variante do litoral swahilizado *Emarrevoni*, *Eshakagi* ou *Esângagi* e também *Enahara*).

Do limite Norte da cidade, em direcção à Cerema há um grande espaço ocupado por plantações, de cajú e de coco, pertencentes aos proprietários colonos e à Missão de Malatane. Neste espaço localizavam-se casas dispersas, algumas das quais de famílias provenientes de outros distritos e de outras províncias.

Com efeito, a partir de c.1979, verificou-se a chegada de vagas sucessivas de famílias vindas da Zambézia que se fixavam

nestas plantações vivendo em comunidade que se podia confundir com uma povoação meramente zambeziana.

As medidas do aldeamento que se fizeram sentir no período entre 1980-85 forçaram as famílias à abandonarem as suas habitações dispersas para se juntarem em bairros comunais. Como os territórios de Johar e Horta encontravam-se quase que superpovoadas as autoridades locais ligadas à urbanização apenas trataram de ordenar o alinhamento das casas. Assim surgiram os bairros de Johar e Horta, no sentido de ordenamento das casas, alinhadas e agrupadas em quarteirões, pois, depois da independência e mesmo pouco antes, existiam algumas casas mas não ordenadas.

Pondo fora estes bairros recém-formados na zona intermediária entre Cerema e a cidade, é curioso ver belas construções de alvenaria, com arquitectura moderna. O que oferece faculdade de questionamento sobre que facilidades os nativos tiveram de construir casas daquelas, abastecidas de electricidade, atendendo o factor (política económica) colonial traduzido em baixos salários aos trabalhadores.

É verdade que alguns dos proprietários dessas bonitas casas são importantes figuras sociais com muita influência nas comunidades locais (chehes, mualimos que construíram mesquitas) e muitos outros já eram trabalhadores nas fábricas, no porto, e mesmo nos sectores públicos, professores, enfermeiros, estivadores, empregados de armazéns, de loja, e algumas senhoras, etc.

Angoche era uma cidade industrial e comercial em crescimento, existiam agências das grandes companhias como a

C.C.A., a J.F.S. e outras que, entre outras actividades, também, se dedicavam à venda desses materiais de construção, cujo abastecimento era regular.

A área urbana da cidade de Angoche, com cerca de 654,5 Km², até 1994³⁴ era habitada por uma população estimada em 88716 pessoas, sendo 42477 homens e 46239 o número de mulheres. Não se sabe se estes números vão se manter. Alguns dos habitantes que para ali foram fugindo da guerra, continuam a regressar às suas origens, embora se tenha constatado por pesquisadores que parte destes "conserva as suas casas"³⁵.

Quanto às infraestruturas sociais, além de duas escolas primárias (de Parapato e antiga escola primária do bairro central) e da escola secundária, no centro da cidade, existe em média uma escola primária por bairro.

A cidade possui apenas um Hospital rural (no Parapato) e um centro de saúde na Missão de Malatane. Com a transferência do grosso de equipamento da Missão para o Hospital Rural, a sua importância reduziu-se à um simples centro de saúde. O seu internato serve aos alunos da escola secundária, como segundo lar (além do "IV Congresso", localizado junto à capitania).

Preenchem, também, o sector de serviços as empresas como Água-Rural e organizações humanitárias tais como: Médicos Sem Fronteira (Holandesa), Acção Agrária Alemã, e outros.

³⁴. Em 1994, foi feito levantamento da população residente, pela Direcção dos Serviços de Urbanização do ex-Conselho Executivo da Cidade de Angoche.

³⁵. Negrão, Op cit, 1996, p.116.

2.3.3. ASPECTOS IDEOLÓGICOS

Comentários ou argumentos que os habitantes locais na sua generalidade dão sobre aquilo que chamaríamos de promoção de melhorias habitacionais dos indígenas, durante a última fase do colonialismo, revelam um aspecto ideológico que interessa descrever.

Os nativos de Angoche preferem considerar-se como gente com inteligência além de esperta (e aqui sobressai o regime de desenrasque). Por outro lado, segundo os próprios nativos,

o angocheano aos olhos do governo português foi desde cedo um povo petulante e insubmisso (revoltoso). As façanhas de Mussa Quanto e Farlahi ainda permaneciam na memória dos que promoveram as campanhas de ocupação efectiva do território³⁶.

Assim, tratando-se de um período de intensificação da luta pela independência nacional, entre finais da década de 60 e princípios de 70, acredita-se que o governo português procurava dar facilidades ao processo de urbanização espontânea, como forma de abafar qualquer intenção de insurgência.

Podemos associar estas facilidades à política de fomento habitacional, pois eles (os nativos) afirmam que cada indivíduo que possuísse cimento para construir a sua habitação, gozava de fornecimento gratuito de areia, assim como podia usar a máquina de fazer blocos sem pagar aluguer, desde que remunerasse a mão-de-obra.

Mas os próprios angocheanos vêem isto, hoje, como tendo sido

³⁶. Cfr. Sr. Morais em entrevista decorrida em Maputo, 27/12/95. Este velho de 56 anos de idade, estudou na Missão de S. G. de Malatane, trabalhou como empregado de armazém de J.F.S. e depois foi tropa do exército colonial, estacionado em Inhambane até 1974.

uma tentativa política de ganhar os corações locais, de abrandar qualquer moral revoltosa, sobretudo, por via de isolamento e desinformação. Como refere:

"não era fácil (sob o risco de fortes repressálias) viajar de António Enes à Vila Cabral (Niassa) nem à Porto Amélia (C. Delgado) por suspeitas que o viajante ia integrar o exército dos Turras. Não circulava na região qualquer informação a cerca da luta armada de libertação nacional e, em Angoche, a população só assistiu ao içar da nova bandeira. Nem os africanos recrutados para integrar o exército colonial eram informados contra quem ou para quê iam lutar, muito menos eram permitidos ver os soldados negros (turras) feridos, em tratamento no hospital. Porque se tal informação circulasse, com os objectivos da guerra bem claros, com certeza os angocheanos iriam integrar voluntariamente a ala dos Turras pela causa do território. Os brancos sabiam disso³⁷".

Entretanto, estas são algumas das explicações sobre como foi possível a construção de casas de alvenaria por nativos num período de regime colonial, cuja história é bem conhecida. Outra versão refere que era um plano que visava melhorar as condições de habitabilidade e de higiene, e diz-se mesmo que na então Câmara Municipal existiam diversos modelos de plantas de construção a escolha do residente que quisesse construir.

E em conversas ou comentários populares, diz-se que aquando da sua primeira chegada àquela cidade, o presidente Samora Machel afirmou não ter podido distinguir a parte urbana da suburbana de Angoche.

³⁷. Ibidem; Salimo Alcamassa (Mamyirha-Km-13, 1994), aquando da pesquisa para achegas da história social da guerra em Angoche) afirmou que nem a guerra pela independência foi vivida nem ouvida, e da guerra de Ian Smith, que também não afectou a região de Angoche, só chegavam rumores.

2.4. A CIDADE DE NACALA

2.4.1. SITUAÇÃO E FUNDAÇÃO

A baía de Nacala, foi um local de reconhecido interesse como porto. Como exemplo de expressão desse reconhecimento, quando da sua visita à Nacala, em 1884, o Capitão e futuro Governador Geral Augusto de Castilho descreveu a região nos seguintes termos:

"Um dos melhores portos da costa...em que centenas de largos navios podem entrar e sair com segurança contra as mais violentas tempestades...eu ficando realmente maravilhado pelas excelentes e magnificentes condições que o esplêndido porto oferece para uma grande colonização. Nacala é um dos melhores portos do globo"³⁸.

No entanto, foi só a partir da década de 1950 que a cidade de Nacala se desenvolveu graças à construção do porto e da linha férrea de penetração pelo interior. O "primeiros estudos no sentido de aproveitamento da baía realizados pelos C.F.M. datam de 1935 e o porto foi oficialmente inaugurado em 1951"³⁹. O engenheiro português Francisco Pinto Teixeira, então director dos serviços dos C.F.M., foi encarregado de fazer esses estudos pelo então Ministro das colónias, Dr. Francisco Machado.

Através da portaria nº10392 de 01/05/1954 foi aprovado pelo Ministro do Ultramar o plano de urbanização da cidade de Nacala, cuja planta parcial de atalhoamento da primeira fase prevista era constituída por 374 talhões destinados ao uso residencial, comercial e industrial. Já em 1945 tinha sido aprovada a transferência do projecto de povoação da antiga Nacala (Nacala a Velha) para esta zona.

A área da cidade na zona baixa é limitada por uma encosta

³⁸.O'Neill, H. E., Vol.VII, nº6(1885):375.

³⁹.Lima, A. P.(de), Vol.III, 1971, pp.137 e 138.

e um terreno planáltico. Com a expansão a construção urbana estendeu-se à zona alta. Em 1969, pela portaria nº21685/69 de 11 de Janeiro, a zona urbana de Nacala (na parte alta) foi limitada pelo ponto de intersecção da estrada que se bifurca a partir do Sul: - uma seguindo à oeste em direcção à zona portuária (a estrada de Nacala) onde a cidade se limita com o mar; e a outra seguindo à Leste (a estrada de Fernão Veloso) até cruzar com a antiga estrada que partindo da fábrica de cimento, situada no limite norte da bacia de Ribawe entronca com a de Fernão Veloso, em direcção à praia do mesmo nome.

O que significa que a área então atalhoada desde esta bifurcação atingia, de uma maneira descontínua, o actual bairro de Ribawe e Maiaia (cidade baixa) exceptuando algumas áreas que por sua exposição à acção erosiva das chuvas, eram protegidas contra qualquer intenção de construção de habitações, conforme se vê nos mapas III A) e B).

Em Nacala a organização espacial das habitações dos nativos também tinha uma natureza dispersa. Segundo a autora Leite, "na baía de Nacala não havia aglomeração de habitações como as que frequentemente se encontravam ao longo da costa, junto do mar"⁴⁰.

Os planos de acréscimo da área urbana previam a absorção de algumas áreas nas quais já se situavam as povoações locais. Foi assim que, como sucedeu em Angoche, aqui os nativos foram relegados para lá que o Diploma legislativo nº1794 designou de "zonas excêntricas, destinadas às aglomerações populacionais"⁴¹,

⁴⁰.Leite, Op cit, p.42.

⁴¹.B.O.M. nº37, série I, de 13 de Dezembro de 1958, p.927.3

para dar lugar à expansão urbana. Estas zonas também, com andar do tempo, podiam ser absorvidas pelo crescimento urbano.

A construção disciplinada de edifícios públicos e particulares era acompanhado de construção de infraestruturas sociais e administrativas. E pode-se associar à isso o crescimento constante e o grande movimento de actividades comerciais e de serviços (que, como via de regra, atraíam cada vez mais pessoas) como elementos que contribuíram para a promoção de Nacala à categoria de cidade. Facto este que se registou em 16 de Setembro de 1971, pela portaria nº777/71 de 16/09 do mesmo ano.

2.4.2. FIXAÇÃO PERIFÉRICA E CONSTRUÇÃO DE BAIROS EM NACALA

Tal como no texto sobre Angoche, neste subtítulo vamos narrar a história da fixação da população nativa nas áreas peri-urbanas, falar do meio ambiente e um pouco da administração local.

Em relação à região de Nacala, a autora Leite, no seu artigo, referindo-se indistintamente ora às comunidades de pescadores de Nacala, ora às de Naherenque, supõe que o recrutamento de homens, durante os trabalhos de construção urbana, tenha sido feito nas regiões como Muecate e circunvizinhas de Nacala, ao afirmar que "os trabalhos de construção ferro-portuária não absorveram a mão-de-obra originária destas comunidades de pescadores"⁴². Os seus

⁴². Leite, J.P. Op cit, 1983, pp.45 e 47-48 .

argumentos baseiam-se no facto de esta zona costeira não ter sido fomentada a cultura obrigatória, dada a própria natureza do solo, factor que dificultou também instalação de grandes plantações.

Sabe-se que os nativos começaram aproximar-se do centro urbano, nas décadas de 60-70, e doravante, foram construindo as suas casas (algumas melhoradas), em lugares permitidos pelas autoridades coloniais. Casas essas, algumas de alvenaria ou de mistura de materiais, geralmente, construídas por antigos trabalhadores das empresas, ou casas pertencentes às grandes figuras sociais das comunidades locais, que já se dispunham de condições económicas.

Com o alcance da independência nacional, em 1975, e a consequente retirada do poder colonial, quase todos os factores condicionantes da fixação de habitações periféricas e melhoradas também acabaram. Pois, "pelos orientações coloniais, quase na totalidade, os imigrantes negros eram mantidos fora dos limites da cidade"⁴³.

Neste contexto, as encostas centrais viradas à baía tornaram-se zonas mais densamente povoadas de Nacala.

Pode-se dizer que tal estabelecimento habitacional em zonas sob o perigo de erosão foi facilitado pela incapacidade do próprio governo local, de fazer a gestão do uso do solo e de proteger as áreas urbanas contra este mal natural causado pelo homem. Tal incapacidade administrativa não se traduzia apenas na carência de quadros qualificados ou na escassêz de recursos financeiros.

⁴³.Concelho Executivo da Cidade de Nacala, 1994, p.1.

Uma das fortes razões era que o sistema administrativo das cidades ao nível do país, durante esse período, era muito centralizado, quer dizer, era caracterizado pela expressiva dependência desses Concelhos Executivos das decisões dos governos provinciais e, mesmo, do organismo central. Os actuais Concelhos Executivos, tinham sido organismos municipais que funcionaram durante o último período colonial, com a designação de Câmaras Municipais. Perderam parte dos seus funcionários, quando estes saíram do país entre 1974 e 1977. Em 1977, passaram a chamar-se por Concelhos Executivos das cidades.

Segundo dados, em Nacala, o Concelho Executivo da cidade (CECN), desde 1977-87, funcionou (ou caracterizou-se) na prática mais como um organismo político do que administrativo. Só no ano de 1988 foi que se assumiu nessa última função⁴⁴. E esta tendência se verificou quase em todos os Concelhos Executivos, principalmente, nas cidades menores.

A partir deste período, em Nacala, o organismo foi reestruturado em três áreas de responsabilidades, sendo a direcção de construção e urbanização responsável pela gestão do uso do solo urbano.

O panorama actual da cidade de Nacala é caracterizado por dois tipos de bairros distintos por áreas geográficas: os bairros urbanos e bairros rurais⁴⁵. Além do factor geográfico (isto é, a localização distante da sede) para a distinção dos bairros

⁴⁴. Nacala: in: Boletim Informativo nº3(1993):p.4.

⁴⁵. Plano Director de Nacala, 1985, pp.6-7. Porém, embora esta distinção seja real, a classificação não nos parece correcta. Porque tende a não considerar certas populações como urbanos, por residirem em zonas que carecem de certas beneficiações urbanas. Mas, do ponto de vista analítico, se uma zona é designada *bairro* é porque administrativamente se situa no meio urbano.

(rurais dos urbanos), são tomadas como critério de distinção, a existência e a não existência de serviços. Há também ligeiras diferenças demográficas, como mostra a tabela I.

Assim, nos bairros rurais onde geralmente vive menos de metade da população total da cidade, são zonas com um nível de infra-estruturas sociais e administrativas e de equipamento muito inferior. São na maioria dos casos poços que abastecem de água as famílias. Há falta de energia eléctrica e as suas vias de comunicação são poucas e em muito mau estado de conservação⁴⁶.

Constituem bairros rurais, neste sentido, os de Muanona, Mupete, Murrupelane, Muzuane, Naherenque e Quissimajulo (veja o mapa V dos bairros).

Existem, também, bairros abrangidos simultaneamente pelas áreas rural e urbana. São os de Nauaia, Mathapue, Ontupaia e Matola.

Os bairros de Mocone, Triângulo, Ribaue, Tielela, Bloco-I e Maiaia são os considerados urbanos ocupados pelas populações, em princípio, ligadas às actividades económicas urbanas.

A participação da FINNIDA (no projecto integrado para o desenvolvimento urbano da cidade de Nacala - PIDUCN) com vista não só à reabilitação e protecção de infraestruturas existentes contra a erosão mas, sobretudo, à construção de novas (por exemplo o centro de saúde e o centro de produção de tijolos e telhas em Mathapue) cria algumas das possibilidades de dotar as zonas de expansão urbana de infraestruturas sociais, cria também, algumas facilidades de serviços (de saúde, ensino e porque não o emprego) às famílias moradoras dessas zonas.

⁴⁶. Plano Director de Nacala, 1985, pp.6 e 7.

A reabilitação do sistema de abastecimento de água, desde 1991/93, permite a extensão da sua rede às zonas de expansão entre as quais bairro de Mathapue é prioritário.

2.4.3. POPULAÇÃO

São escassos os dados sobre a população de Nacala, cuja superfície é avaliada em cerca de 340 km², segundo dados de 1987⁴⁷ (incluindo os chamados bairros rurais).

Até ao ano de 1980, o total da sua população era de 75.038 habitantes, 59% dos quais viviam na área urbana e os restantes 41% nos bairros considerados rurais com a seguinte distribuição e classificação (tabela I).

Dados mais actualizados foram fornecidos pela Comissão Nacional do Plano que efectuou, em 1991, uma enumeração populacional nalgumas áreas consideradas politicamente acessíveis do país. Esta enumeração abrangiu a população da cidade de Nacala. Entretanto, a Televisão de Moçambique, no seu programa noticioso, *telejornal* de 13 de Outubro de 1996, difundiu que o número de habitantes da cidade de Nacala aumentou actualmente para cerca de 180.000 pessoas.

⁴⁷.Pililão, F., 1989, pp.34 e 35;M.A.E., 1987.

3. ACTIVIDADES ECONÓMICAS EM ANGOCHE E NACALA

3.1. ESTRUTURA GEOGRÁFICA

Maiaia ou Nacala é uma região de comunicação aberta e assume-se como importante ponto de trânsito e de ligação entre os territórios de Mamba à Matibane e Mossuril, e de Nacala à Matibane, etc, embora esteja situada no extremo.

Possui uma longa estrada asfaltada que através do principal centro de entroncamento, em Monapo, permite a comunicação com a cidade de Nampula, com os distritos do interior da província e com os distritos costeiros, incluindo o de Angoche, através de Mogincual.

Pela via ferroviária, o Corredor de Nacala permite grande fluxo de mercadorias e de passageiros de e para as regiões mais longínquas como Niassa e Malawi, depois de transpor a capital de Nampula. Em Monapo o Corredor ligava-se ao danificado ramal de Lumbo, ilha de Moçambique.

Diferentemente de Nacala, a cidade de Angoche localiza-se num espaço relativamente fechado, cuja configuração geográfica a torna de acesso difícil. Pois, apenas por uma única estrada que se bifurca à 13 km da cidade e através contactos marítimos actualmente pouco frequentados, a sede de Angoche pode comunicar-se com as outras regiões da província e do país. Com a decadência da empresa de Transportes e Trabalhos Aéreos (T.T.A.), a principal exploradora do ramo, o aeródromo de Angoche praticamente caiu em desuso. Assim, dessa única via terrestre seguem os principais trajectos:

Do Km-13 (antigo retiro de motoristas), onde termina o

pequeno troço asfaltado da cidade, uma parte desta estrada, a "ER 495" segue em direcção à localidade de Boila onde se reparte em duas. Uma, a "EN 239" que prossegue até alcançar Nampula depois de passar por Nametil, em Mogovolas. E outra que seguindo para o sul chega à Moma depois de entroncar, à cerca de 6Km de Moma, com a "ER 234" que atravessa o rio lignonha dirigindo-se à Zambézia (Cfr. Mapas I e II).

Ainda do Km-13, em Angoche, parte a estrada "ER 236" que passando por Liúpo (onde cruza com a que saindo de Mogincual termina na cidade de Nampula) permite a ligação com as rodovias que partindo das sedes dos distritos de Mossuril, Ilha de Moçambique e da cidade de Nacala dão acesso à cidade de Nampula, através do entroncamento de Monapo.

A sua disposição geográfica estratégica (em dois extremos da faixa costeira da província) e, sobretudo, o seu panorama geográfico-económico em relação aos distritos vizinhos permite afirmar que as duas cidades constituem tipos diferentes (mas paralelos) de regiões económicas.

Isto porque tanto Angoche como Nacala dispõem de unidades industriais de processamento, cuja matéria prima provem dos distritos vizinhos. Também porque constituem pontos alvos de demanda de trabalho remunerado.

Os seus portos servem também de escoadouro de produtos tanto de abastecimento aos distritos como dos bens produzidos localmente para a comercialização. Além do comércio e serviços, o sector industrial, embora basicamente de transformação (excepto a fábrica de cimento em Nacala) e o ferro-portuário assumem grande importância na economia da região. Não apenas em termos

de *input* de receitas, mas sobretudo, no sentido de atracção de força activa que demanda o assalariado⁴⁸.

Estas características tornam maior a sua importância pelo menos ao nível zonal. Elas integram na sua economia local ou regional (ao nível da província) os distritos circunvizinhos que carecem de infraestruturas económicas e, mesmo, sociais para servir os seus habitantes.

Porém, o crescimento desses sectores de actividade é quase regressivo especialmente durante a guerra, tendo em conta ainda o ingresso cada vez ascendente de pessoas no meio urbano. Algumas unidades do sector industrial estão totalmente paralisadas (a C.C.A. em Angoche sucumbiu, em 1983, deixando muitos dos seus operários sem receber os seus salários de tantos meses de atraso) ou funcionam deficientemente.

Daí que na tentativa de manter o seu funcionamento, optou-se por incorporar as indústrias incapazes de se auto-gerir às relativamente capazes (a Cajú-2 também conhecida por Antenas ou Mocita de Angoche foi transformada num sucursal da Companhia de Cajú de Nacala, constituída em 15 de Dezembro de 1992).

E as pessoas que abandonam o campo muito raramente encontram emprego assalariado permanente nas cidades (isto sem contar com os mais antigos moradores). E para garantirem a sobrevivência sujeitam-se ao sub-emprego ou emprego temporário, muitas vezes ineficáz, e também, dedicam-se à agricultura caseira desde que adquiram terreno, abrindo machambas em volta das casas, nos quintais e, mesmo, nos lugares (dentro da zona urbana) onde se

⁴⁸.Voabil, C.C., Op cit, 1993, p.21, afirma que como o resultado de desenvolvimento de muitas actividades ligadas às áreas industriais e ao porto, a densidade populacional, em Nacala, é muito alta.

procura proteger o meio ambiente contra erosão.'

Isto caracteriza aquilo que chamariamos de simples transferência de actividade económica básica rural para a zona urbana que, devido à escassez de oferta de emprego no assalariado, tem como finalidade assegurar a subsistência familiar.

Em 1985, o Plano Director da cidade de Nacala caracterizando as zonas da cidade com base nos dados de 1980, classificou a população residente nos seguintes moldes:

"mais de metade da população (cerca de 12000 famílias) vive na zona urbana, localizada no espaço desde Maiaia até Mathapue e desde Nauaia até Ontupaia (dos extremos Este-Oeste e Norte-Sul respectivamente). População essa ligada às actividades económicas urbanas. E cerca de 8000 famílias constituídas, basicamente, por camponeses e pescadores artesanais vivem na zona rural"⁴⁹.

Porém, embora seja esta a distribuição da população, a actividade agrícola continua a dominar nesses locais, não em termos de incremento económico, mas sim em termos de absorção de força activa desses moradores (e é aqui que se questiona se se trata de espaço ou população urbanos se tomarmos em linha de conta o segundo critério do autor Gibbs que temos vindo a citar).

Vejamos o seguinte exemplo: Mathapue é um bairro urbano mas muito distante das áreas laborais. Não existe rede de transporte público que facilite a deslocação dos moradores e, os entrevistados, dizem dedicar-se à pesca e à agricultura, podendo descer à cidade ou ao porto a fim de realizar trabalhos temporários, como estivadores por exemplo, para conseguirem algo monetário.

Além disso, mesmo os que já têm emprego nas fábricas e

⁴⁹. Plano Director de Nacala, Op cit, 1985, pp.6 e 8.

nalguns outros sectores de actividades urbanas, não se afastam por completo da agricultura.

Em Angoche, muitas pessoas, enquanto operários, possuem machambas nas localidades ou distritos vizinhos para onde vão aos fins de semana (principalmente nas épocas de sementeira e de colheita) ajudar a família (esposa) que, vivendo também na cidade, possuem palhota no campo onde habitam durante o período agrícola. Também, alguns bairros e seus arredores dispõem de recursos naturais que proporcionam aos moradores condições de actividade económica de subsistência familiar e até mesmo rendimento.

Por exemplo, Tamole é um território com enorme potencial pesqueiro onde se desenvolve grandemente a pesca artesanal (pesca a rede de arrasto) de pequena espécie, como *sardinha*, *mattongue* (carapau miúdo), *papáhi* (espécie rara noutras águas do país, mas a mais fornecida por Angoche e Moma), *liwapá* (espécie de camarão finíssimo, também, muito abundante em Angoche), *camarão gigante* e outras espécies marinhas.

E Cerema possui potencial agrícola considerável, sobretudo, de culturas que não exigem muita água como, por exemplo, a mandioca, feijões e amendoim que florescem debaixo dos cajuais e palmares. Também Cerema fornece *Ossura* extraído dos palmares, que abastece os clientes enófilos e consumidores de álcool, proporcionando-lhes boa diversão nos seus tempos de lazer. As margens das lagoas de Malatane são frequentadas por elementos de famílias (geralmente esposas e filhos) de Inguri, de Cerema, de Puli ou Malomo, que se dedicam à produção de arroz, na época das chuvas.

A autora Leite, falando da organização da sociedade Amakhuwa..., ao dividi-la em três classes (nomeadamente, homens, mulheres e crianças) destacou que as mulheres possuem as crianças⁵⁰ e a terra, detêm conhecimentos agrícolas, os segredos da cerâmica. As mulheres com a ajuda das crianças cultivam a terra, enquanto os homens dedicam o seu maior tempo aos trabalhos ligados à pesca, construindo barcos e tecendo redes de pesca. Assim estabelecia-se, segundo ela, uma relação entre o mar e a agricultura de subsistência, necessária para a reprodução da comunidade, até a sua integração no mercado colonial.

Aliás, mesmo no período em que os problemas de emprego ainda não se tinham agravado (até 1982, quando todas as unidades fabris de Angoche estavam em pleno funcionamento, sobretudo, as três fábricas de cajú que têm sido principais absorventes de mão de obra), o salário servia (dentre outros fins) para comprar, na loja, o que não se produzia directamente nas machambas (açúcar, sabão, tecidos, combustíveis fluidos, etc.).

Talvez, a presença destas características rurais esteja ligada às pequenas dimensões das próprias cidades e, conseqüentemente, o acesso à produção agrícola.

Também podemos mencionar como factor que o salário mensal actualmente não satisfaz as necessidades diárias como era nos períodos acima referidos. Havendo oportunidades ou tempo livre

⁵⁰. Leite, Op cit, p.30. Mas ela não levou em conta que, apesar de se definir o Norte de Moçambique como de sociedade matrilinear, aqui trata-se de zona costeira marcada por confluência cultural onde entre vários elementos culturais está a patrilinearidade (ou patriarcado?) árabe, principalmente, nas zonas em que o islamismo está profundamente enraizado como nas zonas urbanas, havendo pais que ficam com as crianças para não deixá-las a receber educação das mães. Também, há famílias cujo sistema linhageiro se confunde ou dificilmente se distingue, pois, parece haver indivíduos que seguem os dois sistemas, principalmente quando se trata de partilha de herança.

as populações vão dissipá-lo em actividades do campo. Por isso, muitos residentes dessas cidades têm ocupações ligadas às actividades económicas das zonas rurais.

4. A PROBLEMÁTICA DE TERRAS

4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este capítulo sobre as terras insere mais uma questão de debate inerente à abordagem em matéria de urbanização. Como toda a política de urbanização tem em vista a definição e organização do espaço territorial que será urbanizado, achamos que a terra é fundamental para tal formação urbana.

Dada a sua grande utilidade, em todos os aspectos da vida dos homens, a terra constitui base de muitos conflitos dos homens no mundo. Homem nenhum criou ou inventou a terra mas, há razões que levam indivíduos ou grupo de indivíduos a se acharem proprietários legítimos das terras que ocupam. Tais razões podem ser defendidas tanto pela força política (leis escritas e publicadas, etc.) como, por vezes, com argumentos de natureza cosmológica (leis não escritas válidas em sociedades locais).

No aspecto político, muitos Estados ou Governos optam por olvidar a existência de territórios étnicamente definidos, com as suas toponímias e com os respectivos limites, ao juntarem-nos à um só designando-o daí por Estado Nação, da mesma maneira que, durante a vigência do regime colonial, os vários territórios étnicos situados entre os rios Maputo e Rovuma foram unificados e incorporados na colónia ou província de Moçambique.

O aspecto cosmológico, nos territórios etnicamente estruturados, define uma relação entre o indivíduo e a terra em que vive. Quando se trata de território onde esse indivíduo nasceu isto constitui geralmente um motivo de reivindicação da posse.

Entretanto, este último aspecto, nos debates políticos ao nível nacional, é relegado à uma sociedade rural. Mas porque acreditamos que, em Moçambique, o grosso das populações actualmente residentes nas zonas urbanas (o melhor termo é zonas peri-urbanas) é de proveniência rural, transportando marcas culturais características⁵¹ que dificilmente se apagam, podemos tomar o "rural" como ponto de partida para a análise do mesmo processo, e já no contexto da população "urbana".

É nos centros urbanos que se verificam com maior frequência focos de conflitos de terras, ou devido à maior concentração de pessoas de diferentes proveniências ou diferentes culturas, ou ainda devido à escassez e à maior procura de terrenos. E, por outro lado, porque é lá que se faz sentir a maior presença do poder do Estado, através dos seus executores que efectuam o ordenamento e a fiscalização das terras, segundo a legislação.

Neste caso específico das duas cidades em estudo, o ponto fulcral desta problemática não nos parece estar na aquisição em si. Pois, os indivíduos adquirem e utilizam a terra geralmente dentro das normas estabelecidas que sejam conhecidas e

⁵¹.Mcgee, Op cit, p.36 no seu contínuo debate sobre o urbano rural reafirma que "as populações movem na situação rural para urbana e frequentemente conservam os valores e características da situação rural na situação urbana. Tais populações podem igualmente influenciar ou serem influenciadas numa interacção a qual completamente muda as características dos modelos".

socialmente aceites. Assim, a razão da problemática parece ser a insegurança de posse, quer dizer, incerteza se as famílias tem os direitos sobre as terras que ocupam garantidos, por causa da interferência do Estado na sua gestão. Quer dizer, além da variável acima citada a problemática de terras vem da estrutura do poder político-administrativo.

E mais do que simples e desenfreada disputa de uma parcela, tal conflito de terras é um jogo de interesses, em relação às modalidades de uso, que se verifica entre o Estado regulador do território, as famílias que habitam nele e outros interesses não prioritários na visão das sociedades locais.

Um dos assuntos polémicos e que gera controvérsia entre as populações de orientação linhageira e o Estado administrador de todo o território nacional, é a determinação da extinta Assembleia Popular através da lei nº6/79 de 3 de Julho, ao abrigo da antiga constituição, de que a terra pertence ao Estado⁵².

No anexo I apresentamos como, em princípio, os indivíduos obtém acesso ao uso da terra, abordamos também como surge o sentimento de posse de tais indivíduos sobre ela.

⁵² White, Rosa (da Procuradoria da República) que apresentou um tema [em texto ainda não publicado] sobre " *a Propriedade do Estado ...*" no Seminário sobre a revisão da Lei de Terras, em Maputo, em 18/07/95, salientou que na Constituição de 1990, cerca de 90% daquela Lei foi mantido.

4.2. A PROBLEMÁTICA DE COBRANÇA DE RENDAS

Não é exagero referir que parte de receitas que quase "cada Estado" dispõe para o erário público obtêm-nas através de cobrança de foros ou outras formas de impostos ligados ao uso do solo, sobretudo, nas zonas urbanas. Neste espaço pretendemos abordar esta questão, focalizando a problemática de cobrança de rendas pelo Estado e a posição das famílias que utilizam o solo.

Para se cumprir qualquer obrigação é necessário saber-se que é obrigatório e além de mais, é necessário reconhecer também tal obrigação.

No caso concreto de terras urbanas encontramos dois factores que dificultam o pagamento de rendas por parte das famílias pelos talhões que ocupam: o primeiro está ligado ao sentimento de posse que as famílias ostentam nos seus argumentos.

O segundo factor é a legislação do próprio Estado que através da lei nº6/79 de 3 de Julho, nas alíneas d) e e) que atribui a utilização gratuita "às explorações familiares para fins agrícolas e à habitação própria".

Assim, logo à partida, uma acção de cobrança de rendas promovida pelo Estado seria contraditória ao preceituado nesta lei da terra, além da própria rejeição que se poderia esperar da população, pelo menos, nos princípios da implementação da tal acção até à acculturação (assimilação dessa lei pela população).

O Ministério da Administração Estatal, órgão central de gestão de terras, ao extinguir as antigas Câmaras Municipais, pouco depois da independência, em 1978, instituiu os Concelhos Executivos como órgãos locais que o representam ao nível dos

distritos e cidades.

E conforme explicamos atrás, o papel desempenhado por tais Concelhos Executivos, durante esta década, não permitiu a colecta de receitas para o Estado, pela utilização familiar de solo para fins habitacionais. Além de que a própria lei nº6/79 o proibia.

E isto, em nosso entender, contribuiu bastante para o estado de ignorância em relação ao pagamento de rendas pelo uso do solo à que as famílias recorrem como escapatória, quando são entrevistados.

Quase na totalidade, os entrevistados afirmaram nunca terem pago qualquer renda pelo uso da terra porque os terrenos lhes pertencem. Outros argumentos dão conta que o próprio governo nunca se pronunciou acerca disso. Não se lembram de terem pago taxa alguma depois da independência como, por exemplo, a contribuição predial ou imposto de palhota aplicado no tempo colonial⁵³ que, se bem que abrangesse também as zonas limítrofes das cidades, estendia-se à todas as povoações sertanejas.

Como a nossa análise restringe-se às formações peri-urbanas, talvez, falemos em foro como o tipo de encargo aplicado sobre o uso de terras nessas áreas.

Foro era uma taxa específica paga pela terra ou propriedade de terra dentro da jurisdição do Município. O foro pagava-se anualmente pela utilização parcial de terras e, segundo se afirma, a pessoa podia solicitar a suspensão do foro assim que convencesse que estava a aproveitar total e devidamente os

⁵³.Cfr. Régulo Chale Abdala ao afirmar que só no tempo colonial e a partir de 1920 pagavam imposto (não chegou à especificar) à taxa de 20\$00.

recursos disponíveis dentro da parcela que ocupava⁵⁴. Ainda segundo esta fonte, o pagamento do foro seguia especificidades locais de cada Câmara Municipal. Isto significa que as taxas pagas eram desiguais, pois, cada Município aprovava o seu foral.

Entretanto, os serviços ou posturas camarárias ou forais foram extintas com a extinção das Câmaras Municipais que foram integradas nos Concelhos Executivos. Agora, com os mesmos objectivos, os Municípios estão a ser reintroduzidos e, nesta fase inicial, funcionam já em todas as capitais provinciais.

É necessário referir que enquanto as Câmaras Municipais abrangiam apenas as áreas até ao limite da cidade, agora os Concelhos Municipais são definidos como abrangendo toda a área do distrito. Este novo conceito de Município que difere do do período colonial surge da necessidade de o Governo ampliar a área de jurisdição do Município. Por outro lado, este facto é devido à dificuldades em se distinguir a área urbana da área rural, com a extinção das antigas câmaras municipais.

Ainda não foram aprovadas as finanças municipais para o efeito e espera-se uma reacção da parte das famílias utentes das terras que as consideram como a sua propriedade.

Achamos que uma das saídas melhores para o Estado angariar receitas nas famílias seria a política de envolvimento dos órgãos tradicionais locais, sobretudo, a política de criação de estruturas municipal cujo conteúdo é desenvolver o município a

⁵⁴.Cfr. Sr. Eugénio Moiane, técnico da Direcção Nacional da Administração Local, no Ministério da Administração Estatal. Apresentou o tema sobre a "Necessidade de Revisão do Artigo Nº9 da Lei de Terra Nº6/79", no Seminário sobre a Revisão da Lei de Terras, realizada em 19/07/95, promovido pela Land Tenure Center/Maputo, no Centro de Formação Agrária do Instituto Nacional de Investigação Agronómica, Maputo.

partir das receitas e recursos locais. Quer dizer, segundo se pretende, a totalidade das receitas que um município colher serão utilizadas em benefício do desenvolvimento do próprio município, através da criação de novas infraestruturas económicas, sociais e de serviços.

O chefe tradicional, pela estima que goza no seio da comunidade, é visto como uma personalidade incapaz de "trair" (o melhor termo seria trazer o mal para) a sua população. Assim, envolver a autoridade tradicional na política municipalista seria incentivar e mobilizar as famílias para a participação comunitária no próprio processo de desenvolvimento municipal.

5. AUTORIDADE TRADICIONAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE URBANA

5.1. INTRODUÇÃO

O assunto que nos propomos a tratar está presentemente a ganhar interesse para os debates quer no seio dos políticos quer no dos intelectuais e mesmo entre os cidadãos comuns.

Crê-se no seio da sociedade civil (que viveu e continua a valorizar e legitimar esta instituição) e comenta-se entre os estudiosos ou políticos que muitos males sociais de que enferma a sociedade moçambicana, especialmente roubos, assaltos, assassinatos desobediência e outros, estão ligados à quebra da moral.

E diz-se mesmo que, dentre outras variáveis causas dessa quebra da moral está a exclusão das chefias tradicionais da gestão social e administrativa ao nível, local, do país pelo poder formalmente instituído logo após a independência.

Além de pesquisas sobre o assunto realizadas por autores coloniais, tais como, Branquinho, Lobo, Almeida, Alberto e mais, vários estudos estão sendo feitos sistematicamente, desde 1992, em busca de informações sobre a sobrevivência/continuidade da autoridade tradicional e prevalência do seu papel ao nível das comunidades, mesmo, durante o período de exclusão.

Algumas das constatações importantes desses estudos residem na demonstração de existência de alguns traços comuns (na estrutura e no seu real funcionamento junto às diferentes comunidades do país multi-étnico) e na importância do seu papel no campo da mobilização social, embora eminentemente comunitária.

Os resultados dessas buscas científicas têm sido apresentados em seminários promovidos tanto nas províncias como na cidade de Maputo, estando em maior destaque o seminário nacional realizado em Maputo, em Abril de 1993, com a participação das províncias.

Seminários esses que têm representado momento de "tomada de consciência colectiva" sobre uma importante parte do universo sócio-cultural com tamanha importância e repercussão tanto no plano sócio-político como no sócio-económico⁵⁵.

E, até certo ponto, os seminários têm constituído um momento de incitação ao governo, para a tomada de uma atitude de reconhecimento formal desta autoridade e do seu papel na comunidade, cujos resultados reflectem-se na "recém aprovada lei da descentralização pela VIII Sessão da Assembleia da República, nos seus artigos 10 e 11"⁵⁶.

⁵⁵.Lundin,I.B., Maputo, 1994, p.4.

⁵⁶.Ibid, p.4.

Porém, os estudos realizados ou ainda em curso sobre a matéria, tomam um carácter generalizante e com muita incidência sobre as comunidades rurais, talvez por se pensar que seja o ambiente em que tal instituição (autoridade tradicional) tem maior expressão.

Neste contexto, nesta nossa discussão sobre o rural-urbano pretendemos analisar se o poder tradicional teve acção nestas áreas urbanas durante o período de exclusão na administração do país, ou se prevaleceu em estado latente até esta fase de rebusca. E se teve acção resta saber como tal autoridade tradicional funcionou e funciona.

Partindo do princípio de que é nas cidades ou zonas urbanas, em geral, onde o poder moderno (estatal) tem mais força, à primeira vista, não devia haver espaço de acção para autoridades tradicionais. Mas a situação real não é esta, como veremos a seguir.

5.2. CONCEITO BÁSICO DA AUTORIDADE TRADICIONAL

A autoridade tradicional, termo que escolhemos para distingui-la da autoridade local que é formal, não é uma figura humana nem divina ou mitológica. É uma instituição de esfera social, política e económica que congrega actores de diferentes papeis sociais ao nível da comunidade.

Actores esses que, geralmente, exercem em regime de acumulação distintas funções "que se completam e se complementam dentro da estrutura sócio-política", desde os chefes tradicionais

propriamente ditos, os curandeiros, advinhos, herbalistas, transmissores de cultura, oficiantes de cerimónias e outras figuras influentes na comunidade⁵⁷.

Esta instituição funcionou e funciona desde os tempos pré-coloniais com raízes firmes nas comunidades locais. Quer dizer, as funções da autoridade tradicional vão até ao limite da comunidade dentro de um território específico.

Porém, nas aldeias e bairros actuais julgamos ser impossível localizar um território linhageiro específico. No entanto, o funcionamento do poder tradicional é notório.

A ligação clânica de consanguinidade entre os chefes tradicionais das zonas costeiras (como descendentes) e os grandes chefes das regiões do interior (seus antecessores) demonstra o sentido de expansão dos povos bantu nesta região que, provenientes do interior, iam ocupando e se fixando em direcção ao mar, talvez, entre os Séc.VII-XII⁵⁸.

O clã, diferentemente da linhagem, não ocupa espaço territorial, mas os seus membros identificam-se ou consideram-se, em virtude de uma relação genealógica difícil de demonstração, como descendentes em linha directa (agnática ou uterina) de ancestral comum, podendo ser lendário ou mitológico⁵⁹.

E foi com base na relação clânica que o autor Branquinho conseguiu estabelecer a ligação de parentesco e as relações políticas de chefia de quase todos os regedores, deste espaço

⁵⁷.Lundin, I.B., Maputo, p.3.

⁵⁸.Leite, J.P., Op cit, p.16, citando fontes mas sem especificá-las afirmou mesmo que "*as migrações e o povoamento bantu nesta região coexistiu com a presença árabe*".

⁵⁹.Aùgé, M., Lousã, 1978, p.33.

geográfico em estudo, com os grandes reis. Por exemplo,

"os regedores de Ingúri e Zuamu-zuaamu, em Angoche, são primos e pertencem ao clã *MIRASSI*, um dos clãs politicamente dominante no 'distrito'. São parentes clânicos dos regedores Raul Silimani de Kiluwa; M'harripueya, Matruka e Elale, de Boila; M'pako, de Namaponda; Namanca, de Nacala-a-Velha e Momola, de Nampula; e de outros regedores do mesmo *nihimo* até Porto-Amélia... e do lado de Nacala, o regedor Muxilipo do clã *LAPONE* é sobrinho descendente do regedor Comala de Alua e primo de regedor Mepera de Namapa, e de Nacoto de Matibane, por parte do pai deste, que era também *LAPONE* e da família de Muxilipo. Está também ligado ao núcleo de regedores *LAPONES* (de Itoculo-Monapo) do qual o chefe máximo era Mатуca. Por seu turno, o regedor Suluhu de clã *ECONE*, é sobrinho do regedor Nacoa e primo do herdeiro legítimo da regedoria de Chicoma, pertence ao ramo do regedor Megama de Chire, de quem eram parentes de sangue com Quitaculo e Metarruno"⁶⁰.

É importante realçar que a história dos povos Amakhuwa é ainda largamente desconhecida, isto é, o longo processo da sua história só conhecemos uma parte do séc. XVI, XVIII e XIX-XX.

Durante o período entre os Sécs.XVI-XVII a história desta região foi dominada por migrações, quase sucessivas, de povos estranhos e violentos cuja acção política provocou a dispersão das comunidades aqui pré-estabelecidas. Esses povos são conhecidos por Maravi que "provenientes dos planaltos da Africa Central"⁶¹ se dirigiam em direcção à costa, invadindo os territórios ocupados por outros povos, neste caso específico territórios dos Amakhuwa. E o grande grupo desses Amaravi era conhecido por Marundo (designativo derivado do nome de seu chefe Rundo) que teria escalado os territórios do Chire para se fixar

⁶⁰.Branquinho, Op cit, 1969, pp.13 e 32; Lundin, I.B., Maputo, 1992, p.4, no seu documento (ainda não publicado) de pesquisa sobre a "sociedade AMAKHUWA" considera que a região que agrupa os territórios de Balama, Namuno e Montepuez como sendo o coração de AMAKHUWA METTHU, onde existe uma hierarquia da autoridade AMAKHUWA e o seu centro é Balama onde se localiza a residência do *Muene-Mulupale* Muaalia, tio materno de Meegama.

⁶¹.Newitt, M.D.D., NQ3 (1972):405. Por outro lado, no domínio dos contos, mitos ou lendas bantu, a origem dos Amakhuwa (Alomue) tem como referência os Montes Namuli. Um território que o autor supracitado situou entre o alto Chire e o vale do Zambezi, tendo alguns grupos se dispersado para a costa.

eventualmente nas terras entre Zambezi e Ilha de Moçambique. Porém, se bem que os Marundo nunca permaneceram estabelecidos nos territórios invadidos, ao longo do seu percurso, deixaram certas influências vivas no domínio político entre os povos invadidos. O autor Newitt vai mais além ao inferir que "eles deixaram atrás de si dinastias de chefes que continuaram a dominar os Amakhuwa até Séc.XIX"⁶².

Entretanto, na zona costeira essencialmente entre o Rovuma e Zambezi, desde os Sécs.XII ou mesmo antes, estavam se estabelecendo povos islamizados que com estas ondas de migrações e outros factores, através do tempo, tornou-se inevitável a sua miscelânea. Isto leva-nos a inferir que o vocabulário político desta região, isto é, os termos utilizados para designar as chefias tradicionais nas diferentes zonas dos Amakhuwa respeita esta confluência dos povos e da sua cultura.

É claro que cada cultura representa um povo e é independente das outras, mas com o tempo e através dos contactos verificam-se empréstimos linguísticos e, por vezes, de hábitos que podem ser de natureza política, económica e outros). Neste sentido, no âmbito político-administrativo, se bem que a "compenetração" dos hábitos dos povos arabo-suahili e bantu não introduziu nova estrutura de poder, os Amakhuwa (por causa desta profunda influência) viram alterar-se alguns aspectos ou normas inerentes às chefias tradicionais.

Por exemplo, os chefes desta região costeira abraçaram o islão e a sua ascensão ao poder dispensa as cerimónias de entronização habituais dos Amakhuwa não islamizados. Quer dizer,

⁶². Ibidem, p.405.

entre os islamizados não soa o batuque que marcava a entronização de chefe.

Em termos de estrutura hierárquica destas chefias na ordem decrescente e em termos vernaculares Emakhuwa encontramos:

- indo para mais interior e em direcção a norte da região, o *Mwene* (e também *M'pewe?*), *Humu* e *Piamwene* designativos de rei ou chefe máximo do território da linhagem dominante; de chefes auxiliares do Muene ou chefes das linhagens pequenas dentro do território da linhagem dominante; e rainha do território, respectivamente.

E na zona costeira, o termo *Ofalume* significa autoridade, sendo *M'falume* o sinónimo de *M'pewe* ou *Muene*, e os termos *Wazir*, *Mahudamù* e *Haaquimu* se associam à segunda linha na escala hierárquica das chefias tradicionais. Termos esses, mais usuais (senão mesmo exclusivos) na faixa costeira da província de Nampula.

Então, esquematicamente temos a seguinte hierarquia (entretanto, chamamos atenção para o facto de as variações regionais da Língua Emakhuwa nos obrigarem a que escrevamos diferentes nomes com o mesmo papel):

1º *M'falume/M'pewe/Mwenee/Háquimo* => Rei

2º *Wazir* (1º e 2º), *Mahudamù*, *Humu* => conselheiros, mensageiros e/ou chefes de povoação que formam o conselho jurídico.

3º *Buábù*, *Hálù*, *Pápa* (Avô, Tio, Pai respectivamente) => família restrita.

Invertendo o sentido desta escala hierárquica podemos dizer que a chefia e toda a responsabilidade de e para o comportamento

social do indivíduo parte da sua própria casa. E na comunidade, cada escalão, quer dizer, cada família, povoação, etc. possui o seu representante que é visto (por seus membros) como depositário de todos os conhecimentos da tradição desta comunidade. E a subordinação entre estes chefes respeita os degraus hierárquicos.

Os *Wazir* que se subdividiam em duas categorias são mensageiros e tal como mahudamù eles participavam na resolução dos problemas antes de levá-los ao chefe máximo, ao qual também tomavam parte de qualquer deliberação. Por isso chamamos à este conjunto de conselho jurídico.

Durante a pesquisa de campo foram aludidas figuras femininas que tratavam e tratam, geralmente, de questões das mulheres na comunidade (ritos de passagem, partos domésticos, etc.).

Mas apesar da confirmação da sua presença no conselho jurídico, não foi especificado o seu posicionamento real neste esquema, nem o seu denominativo ante o conselho jurídico. Entretanto, sabemos que existem chefes/dirigentes de *errumbulò* danças de iniciação feminina além de curandeiras.

E não mencionamos a figura de *Piamwené* => rainha, por não a sabermos posicionar no quadro administrativo das chefias tradicionais costeiras. *Piamwené* é uma figura muito importante na região dos Amakhuwa onde predomina a autoridade dos Mamwene. Ela é rainha, entre outras funções, dirige os cultos aos ancestrais onde desempenha funções de intermediária entre os vivos e os mortos, em cerimónias que geralmente ela utiliza farinha de cereais para deitar no local do culto, enquanto transmite a mensagem. Com a presença islâmica na zona costeira, esta figura desapareceu na estrutura do poder tradicional.

Durante a sua pesquisa nesta zona Branquinho não encontrou a figura de *Piamwené*, por isso, no seu relatório sugere que ela nem sempre existiu na zona costeira⁶³.

Mwené ou M'falume é o chefe máximo do território, porém, existe um designativo para distinguir entre eles o Mwené dos Mamwene, chefe dos chefes, isto é, *M'falume/Mwené Mulupale* ou em Língua Ekoti *Muinhi-N'khulu*, categoria que os angocheanos atribuem ao Mussa Quanto que morreu aos 27 de Julho de 1877⁶⁴.

O termo *Mwinyi* ou *Mwenye* é de proveniência árabo-suahili e significa senhor, ilustre. E *Mwinyi-Nkhulu* ou *Mwenye Múlpalê* significa excelência, senhor mais importante de todos, senhor dos senhores.

O período colonial da história de Moçambique e refere-se ao domínio do regulado que, tal como o xecado, abordaremos logo a seguir.

Fazer uma abordagem separada da estrutura da autoridade tradicional entre as duas cidades seria uma repetição dada a semelhança na sua composição, e também, porque os factores que influíram nas duas regiões e as vicissitudes por que passou este poder tradicional são comuns. Assim, o que difere é mais a

⁶³. Branquinho, Loc cit, 1969, p.33, entrevistando o regedor suluho do posto sede do então conselho de Fernão Veloso pediu a apresentação da sua Piamuene, ao que declarou "*não ter tido ainda por estar islamizado*". Aliás, o mesmo autor reconheceu que até a realização da sua prospecção das forças tradicionais levada a cabo pelas autoridades coloniais, "*se existiam Mwenés, estes, não tinham Piamuenes quase em todo o litoral*".

⁶⁴. Cfr. Chehe Cipriano Ossufo Abacar Mutapanha (B. Ingúri, 19/02/96). Segundo Lupi, Op cit, pp.183-184 e 197, "*Mussa Muhammad Saibo, mais conhecido por Mussa Quanto, era filho de Ahmad Saibo por alcunha <<Quanto>> e sobrinho de Gulamo-Usseni, intérprete oficial do Governo de Moçambique. Por parte do pai era irmão do Xéhe Aly de Cabaceira e, pelo lado da mãe, era o irmão do Sultão de Angoche, Hassani Yússufu. Muito instruído no isslâm atingiu na política local uma posição tal que tornou-se cabo, categoria arrancada ao irmão*".

designação das figuras que representam tal autoridade tradicional pelas razões linguísticas, já que de região em região do mesmo grupo etno-linguístico, a língua varia tanto em fonética como, às vezes, na terminologia, conforme acima vimos.

Por outro lado, não estamos a fazer levantamento de movimentos políticos desses chefes nem das suas façanhas militares. O nosso objectivo é descrever a sua estrutura político-administrativa e o seu funcionamento, ao longo do tempo, assim como as suas designações.

5.3. OS MAXÉHE (XEHES) E AS CHEFIAS TRADICIONAIS

As profundas marcas que o contacto com os povos asiáticos de predominância islâmica deixou na cultura dos povos desta região reflecte-se e notabiliza-se na sua própria organização político-administrativa.

É neste contexto que o regime tradicional de chefias consta na sua estrutura a figura dos *Maxéhe* como chefes comunitários cujas funções assim como a sua tomada de decisão têm como base a religião.

Em relação ao seu posicionamento na escala hierárquica das chefias tradicionais, os *Maxéhe* teoricamente não se assumem nem são assumidos, pela comunidade, como chefes do território. Mas sim como representantes máximos das congregações religiosas, mestres da religião, dirigentes nos cultos e guias ou mobilizadores das pessoas da sua congregação para uma vida segundo as normas preceituadas no *isslâm*. E os seus feitos

conferem-lhes a função de controlo social.

O quadro local ou comunitário de chefias tradicionais propriamente ditas, conforme vimos atrás, não inclui a figura do *Xéhe*, o que nos incute dificuldades em explicar a sua função no contexto político-administrativo. Mas, como observou Branquinho, no vocabulário arabo-suahili, o *Xéhe* tem como significado, chefe supremo, patriarca⁶⁵ o que serve de argumento de que ele seja uma figura notável ao nível comunitário.

Porém, ao nível político, parece que a história dos *Maxéhe* verificou-se descontínua ou sob o estado latente.

Dada a sua complexidade, o sentido dos factos históricos depende da sua interpretação e da maneira como são vistos os seus factores condicionantes. Por isso, associamos esta descontinuidade política na história dos *Maxéhe* ao factor colonialismo, sobretudo, no relacionamento político e religioso.

Depois da derrota dos xecados durante as campanhas de ocupação efectiva do então distrito de Moçambique⁶⁶ os *Maxéhe* deixaram de aparecer em documentos coloniais como figuras proeminentes na administração tradicional.

E no âmbito de transformação das chefias locais em meios auxiliares para a administração colonial ao nível das comunidades, nestes territórios com influência islâmica, entre os islamizados "instrumentalizados" sobressaíram os *Kalifas* (que eram chefes de confrarias ou organizações islâmicas, aos quais

⁶⁵.Branquinho, Op cit, 1969, p.336; aliás o termo xecado que muitos autores da história pré-colonial de Moçambique, como por exemplo, Serra, C.,Vol.II, 1986, p.12, usam para designar os chefes, é derivado de Xequê.

⁶⁶.Lobo, R.C.A.R., Lisboa, 1966, p.38, sustenta que o "derradeiro vestígio das soberanias árabes ou suahili foi extirpado no século anterior ao de 1966.

se submetiam todos os chefes das instituições desta religião, e por sua vez, estes Kalifas se submetiam aos kalifas da Ilha de Moçambique) como regedores. Foi o caso do regedor Suluhu, em Nacala, cujo nome nobiliário era Xarifu Abdulcadre Saide Nurdine⁶⁷.

Contudo, os *Maxéhe* se afiguram como indivíduos que dotados de ensinamentos e sabedoria (com a qual explicam a natureza e os fenómenos sociais com base na religião islâmica) foram ganhando e consolidando o espaço de liderança nas comunidades, graças as suas capacidades de mobilização e de direcção social.

De salientar que para se tornar *Xéhe*, a condição não é provir de uma descendência real mas sim, ser dotado desses conhecimentos e mostrar à sua comunidade a capacidade de dirigir.

E para a sucessão, embora em princípio se observe também o ditado romano do tempo dos Diocleciano e Constantino, em que o *filho devia continuar a carreira do pai*, pode recorrer-se à uma espécie de eleições comunitárias, ou por vezes, simplesmente, a sucessão faz-se pela indicação do antigo chefe à uma pessoa com mérito para o substituir. Aptidões físicas e morais e criatividade são uma condição necessária para a sucessão. A legitimidade é conseguida e consolidada através de bons actos no decurso da chefia.

Pensamos que qualquer religião não se dissocia da política,

⁶⁷. Branquinho, Op cit, 1969, pp.34-35 e 335-336. Xarifu é um termo também de origem arabo-suahili que significa nobre, notável ou fidalgo. Xarifu é um homem da classe nobiliária que recebe um tratamento respeitoso distinto de outros homens nobres. Por exemplo, ao nível local, ele deve ser o primeiro a tocar na comida. E se alguém por acaso delibar qualquer comida, esta já não serve para ele. Segundo o autor acima citado, Ibidem, "Xarifu é um título de nascimento usado por todos os que se consideram descendentes directos do Muhammad".

daí que a chefia do *Xéhe* associa-se ao domínio territorial.

Como mestres nos cultos e prosseguidores da religião, isto é, chefes religiosos *Maulana* com base na religião, sobretudo, no alcorão e noutras escrituras islâmicas, como guia, eles ensinam e mobilizam as massas comunitárias a seguirem boas normas de vida. São *Mu-âlimu*, isto é, professores nas Madrassas onde as pessoas vão adquirir os conhecimentos islâmicos.

Estão presentes nas cerimónias e celebrações fúnebres *Ozikha*, *Matthanka* ou *Ziaara*; nas de casamento *Harussi*; de agradecimento, de oferenda ou de inauguração de um empreendimento para que tenha sucessos (*Sadaka/Hidjapu* ou *brazandji*); nas de recordação dos ancestrais (*Mahitimuiya*⁶⁶). Desempenham funções de advinho (*Nahaco/ Muin'nya-sacò*) interpretando sonhos, eclipses, ou mensagens de alguns seres que lhes apareçam ou que aflijam a comunidade. Lêem também sinais da natureza tais como nuvens, estrelas ou o tempo. Também tem o papel de médico *M'kulukhana* (curando ou prevenindo as doenças através dos amuletos *hirizi*, de talismãs *hantaruni* e de água enturvada *Nikhompe/Likhopee* preparados a partir das escrituras arábicas). Isto é, estão presentes em toda a vida social da comunidade.

Podemos dizer, assim, que eles fazem dessas ocupações a sua fonte de rendimento para a complementação da economia meramente familiar, uma vez que a agricultura tem sido actividade relegada às esposas e filhos ou criados. Pois, a maioria destas figuras não trabalha no sector assalariado.

Dedicam-se principalmente e não exclusivamente à estas

⁶⁶. De salientar que algumas dessas cerimónias, em princípio, são preparadas por cada agregado familiar e há as que se observam numa determinada época do ano. São as *mahitimwiya* que acontecem na época após as colheitas.

ocupações. Eles não têm salário fixo mas recebem, ainda que de forma irregular, apoio dos membros da sua comunidade, quer em gênero, quer em serviços. E são pagos pelos serviços de médico ou advinho quando são chamados a realizá-los. Sendo assim, é difícil estimar o seu rendimento mensal.

E são também solicitados para resolver conflitos que oponham duas pessoas ou famílias, saindo deles a sentença final. O seu procedimento consiste em reunir as partes em litígio, assim que lhes é participado qualquer queixa, junto do conselho jurídico. Analisa-se o depoimento de cada um dos envolvidos, seguindo-se o pronunciamento dos membros do conselho jurídico e a palavra sentencial do chefe que é final é, em princípio, consensual. Lupi, descreve que:

"na resolução de conflitos, o chefe máximo reserva a própria opinião, falando em linguagens figurativas...ouvindo todos os pareceres no sentido de sondar o espírito auditório para perscrutar o sentir geral, que ditará a sentença final"⁶⁹

Isto equivale à dizer que o chefe máximo, antes de tomar decisões importantes, procura ouvir o parecer dos seus conselheiros.

A sua capacidade de resolver contendas sem gerar conflitos é um mérito e um dos garantes da sua legitimidade. Pois, ele (o chefe) deve agir sem parcialidade dado que as duas partes em litígio são membros da sua comunidade.

O essencial é evitar que o litígio se alastre opondo permanentemente as pessoas. Por isso, toda a resolução é no sentido de levar as duas famílias ao perdão e reconciliação (seja pelo pagamento de multa ou pela compreensão do ofendido e o reconhecimento do erro pelo indiciado).

⁶⁹.Lupi, Op cit, 1906, p.131.

No direito moderno essa forma de resolução de conflitos é considerado arbitrária, isto é, consuetudinária. Porém, parece-nos eficaz ou pelo menos aceite dentro das comunidades.

A sua eficácia ou aceitação depende do facto de os prosseguimentos, no acto de resolução de conflitos, serem conhecidos por todos. São vistos como transparentes e isentos de qualquer suspeita de suborno, uma vez que o <<juiz>> toma posição partindo do princípio de que cada membro conhece as normas e regras de vida e de convivência com os seus próximos, para evitar conflitos.

Baseados nas entrevistas, nas observações⁷⁰ e mesmo nos comentários populares constatamos que, mesmo com a implantação de novos órgãos locais logo após a independência que aparentemente substituíram os poderes administrativos locais, as pessoas preferem e frequentemente recorrem aos seus chefes tradicionais (dependendo da gravidade podem ser chefes de família como tios, pais ou avôs, na última instância os Maxéhe e, talvez, também Mamwene onde estes predominam) aos quais participam os

⁷⁰ Além de ter tido a ocasião de assistir ao julgamento de um conflito conjugal, durante a sua pesquisa de campo, o autor já observara indirectamente a condução assim como o desfecho de vários delitos no seu bairro de infância, Cerema - Angoche, um dos quais (de que ainda se lembra) era relacionado à depravação sexual: sem precisarmos do ano (1987?), um jovem havia descabaçado um rapariga de menos de 18 anos de idade, acto que a custou intervenção cirúrgica. Quando o problema chegou à sede do grupo dinamizador do bairro, este foi considerado como crime de violação de menor e, por isso, foi logo transferido o caso à esquadra da polícia distrital e o jovem ficou cativo. Como norma costumeira local, qualquer indivíduo que cometa tal acto com a filha de alguém sem ter procedido segundo convém ao hábito local (manifestação de intenções matrimoniais, respeitando todos os prosseguimentos), tal acto é considerado como de desonra e, por isso mesmo, é-lhe encarregue a moça à sua responsabilidade, obrigado à casar ou no mínimo pagar um multa para limpar a honra manchada da família ofendida. E pareceu que o tribunal não considerou. Entretanto, a pena não durou, o moço foi solto mas a família ofendida não ficou satisfeita as rivalidades entre as duas famílias continuou. A moça foi entregue ao jovem delinquente como obrigação de casar.

seus litígios, isto mesmo quando estes passam por instâncias judiciárias formais.

Inferimos assim que, o carácter conflituoso da resolução dos conflitos por via do *direito moderno*, nas comunidades regidas por *direito costumeiro* está ligado à falta de conhecimento do conteúdo ou dos próprios instrumentos utilizados para o efeito (o código civil ou penal concebido com base noutra universo sócio-cultural).

Pois, citar artigos (condenando ou absolvendo) diante de quem não os compreende, é acto susceptível de descrédito e, isto associado à outros factores⁷¹, leva à descrença e à ilegitimidade das autoridades que exercem tais funções.

A pergunta que durante as entrevistas fizemos sobre qual era a instância judiciária preferida para a participação das suas queixas, as respostas convergiam na preferência à estes chefes tradicionais e o argumento era que estes resolviam os conflitos sem se deixarem levar pelos subornos.

Na opinião pessoal, para atenuar este estado de descrédito das instituições judiciárias modernas pelas famílias, talvez fosse melhor uma série de exercícios com vista a incorporar ou considerar alguns aspectos destas normas costumeiras na resolução do delito comum, enquanto o gráfico de alfabetização dos cidadãos estiver crescendo ao ritmo lento.

⁷¹. Os códigos civil ou penal aplicado em Moçambique além de ser herdado dos códigos europeus, são aplicados por pessoas que durante muito tempo gritaram "abaixo as idéias velhas; abaixo obscurantismo..." etc, e foram vistos como vindos do estrangeiro, usando força em vez de legitimidade, para fazer valer a sua lei.

5.4. O REGULADO E AUTORIDADES TRADICIONAIS

Quando no espaço anterior tratamos da autoridade tradicional, falamos dos *Afalume/Mamwene/Apewe* e dos *Maxéhe* e falamos, também, da semelhança e sinonímia das suas funções.

O uso generalizado do termo régulo (herdado do poder colonial) para designar os chefes tradicionais dificulta-nos distinguir o chefe tradicional propriamente dito do régulo.

Mas, no levantamento de regedores que o autor Branquinho fez, ao estabelecer as suas ligações de parentesco, mostrou existirem relações de consanguinidade entre os regedores de Nacala (então sede do Concelho de Fernão Veloso) e os grandes chefes do interior Norte e Noroeste.

Diferentemente do que fez o governo moçambicano depois da independência, o poder colonial procurou subordinar os chefes locais e utilizá-los como seus auxiliares.

O regulado surge assim da iniciativa colonial de implementar uma espécie de *indirect rule* bem conhecido no regime colonial inglês, utilizando e manipulando os chefes locais para facilitar o alcance dos seus intentos. E dentro dessa política colonial o termo régulo era diminutivo de rei, isto é, rei pequeno.

As principais acções manipuladoras que o regime colonial levou a cabo para o efeito, neste âmbito, são traduzidas em agrupação das populações nativas em regedorias dirigidas por um regedor indígena, o *régulo*, auxiliado por seus subalternos, conforme funcionava desde o início da ocupação colonial e foi confirmado pelo artigo nº91 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU) aprovada pelo Decreto-Lei nº23.229, de 15 de Novembro de

1933⁷². Este acto de agrupar populações, muitas vezes, implicava a quebra da estrutura, isto é, a área física dos territórios linhageiros ou "reais" e, por vezes, da sua toponímia.

E tal regedor era nomeado se correspondesse aos interesses do poder dominante, e podia ou não observar requisitos localmente reconhecidos e indispensáveis para ser aceite como chefe comunitário.

No caso concreto da vila sede de Angoche,

as regedorias de Ingúri e Zuamu-zuaamu constituíam uma única regedoria sob a regência de Chale Omar que ascendeu ao poder pela cedência por Xéhe Adamugy que recusara a oferta (do poder) como prémio, por ter auxiliado o Capitão-mor Marques nas lutas de ocupação, preferindo continuar simplesmente com a vida religiosa. Mais tarde, sob a criação colonial, a regedoria foi desmembrada tendo surgido a de Zuamu-zuaamu que adoptou o nome do seu regedor, e a outra foi cedida ao Batista, sobrinho de Chale Ripelela (um simples chefe de grupo). E quando o Batista foi destituído sucedeu-lhe o actual régulo, Chale Abdala (localmente conhecido por Likuaru), pela escolha da Administração, uma escolha que gerou ressentimentos, embora este seja neto de Chale Omar⁷³.

Seria necessário um levantamento mais actualizado para se conhecer o número de chefes tradicionais actualmente existentes. No terreno encontramos, em 1994-95, régulos repostos ou nomeados ora pela Frelimo (como o régulo Likuaru, ou seja, Chale Abdala, em Angoche) ora pela Renamo.

Segundo os levantamentos realizados nos anos de 1964 e 1968⁷⁴, em todo o território do então distrito de Moçambique, cujo Governador em exercício era João Granjo Pires, na sede do

⁷².Alves, A.M.N.T., 1995, pp.71-72.

⁷³.Cfr. Régulo Chale Abdala (Likuaru), entrevistado no Bairro de Ingúri, Angoche, Fevereiro de 1986; Branquinho, Op cit, 1969, p.100.

⁷⁴.Direcção Provincial dos Serviços de Administração civil, in:Suplemento do B. O.M. nº41 de 12 de Outubro de 1964, L.M., p.2033; o levantamento actualizado que Branquinho, Loc cit, p.32, efectuou, em 1969, indica não haver alterações.

distrito de Angoche dos 8 principais regedores dois é que regiam os territórios abrangidos pelo nosso estudo, nomeadamente, Chale Abdala (vulgo régulo Likuaru) regedor de Ingúri e Zuamu-Zuámu Háldi, regedor de Zuamu-Zuamu. E, os restantes tinham como áreas sob a sua jurisdição as seguintes:

Nome do regedor	designação da regedoria
Abakar Momade.....	Muapala
Ussene Kulula.....	Kotthokuani
Yahaya Zubair.....	Zubair
Livutthi Mutharika.....	N'nha-Livutthi
Uala Nakoma.....	Uala Nakoma
Valentim Maneira.....	N'nhamoora

Todos estes ganharam apenas a designação de régulos, sendo o Regedor Mória o único que era considerado no território de Angoche como Muene e descendente de um dos grandes reis da região. Não incluimo-lo no quadro acima pelo simples facto de o seu território de jurisdição se situar fora da área do nosso estudo, à cerca de 25 Kms de distância.

Na sede de Nacala (então Fernão Veloso), por seu turno, foram identificados na mesma época dois principais regedores: Xarifu Abdulcadre Said Nurdine (vulgo Suluhu) nos territórios de Suluhu e Hámido Muamunepa (vulgo Muxilipo) nos de Muxilipo, ambos antigos Mamuene. Todos descendente de grandes chefes da região.

Concluindo, a autoridade tradicional é uma instituição inspirada nos princípios éticos. É uma instituição administrativa local em relação ao Estado centralizado. A dificuldade de classificação surge já quando se entra na questão política, pois,

esta autoridade não se apresenta ou não é assumida (principalmente ao nível da juventude actual) como uma força "hegemónica".

Esta falta de hegemonia, segundo Negrão & Sopa, que designaram isso de <<crise de autoridade>> é característica de muitos centros urbano onde se desenvolve naturalmente um novo quadro institucional no qual a autoridade, quer seja do Estado, das igrejas ou dos chefes tradicionais, é repartida por várias instituições, mas nunca é assumida na sua totalidade por nenhuma em exclusivo⁷⁵. Esta realidade justifica-se pelo facto de existir mais de uma instituição para guiar a mesma sociedade, mas sem entre si a colaboração necessária. Algumas estão já profundamente enraizadas e legitimadas - *autoridades tradicionais* - e outra, a *autoridade moderna* que, apesar de mais uniformizada e mais abrangente, está ainda em processo ganhar tal legitimidade.

⁷⁵.Negrão, J., Op cit, 1996, p.115.

6. CONCLUSÃO

Dois conceitos dominaram a elaboração deste trabalho: o *urbanismo* que definimos como corrente que se dedica ao estudo de a urbanização os seus fenómenos, e a *urbanização* entendida como um processo que transcendendo um campo puramente de construção de edifícios, com certo modernismo arquitectónico, para agrupar habitantes, e que constitui um fenómeno social complexo.

Pois, uma formação urbana tem de ter população e as características desta população reflectem-se directamente naquela, ainda que haja necessariamente medidas (administrativas, legislativas ou sociais) visando moderar certas manifestações sociais provocadas por várias razões intervenientes no próprio processo de urbanização.

Ainda neste trabalho, consideramos como centros urbanos toda área que vai até ao limite administrativo da cidade, incluindo os bairros populares contidos dentro desses limites.

Os elementos ou aspectos que caracterizam a vida da população das duas cidades, em referência, que abordamos no nosso debate permitem-nos inferir que o estudo sobre a urbanização não possui fórmulas válidas para cada circunstância, aptas para todo o mundo⁷⁶. Para tornar esta ideia mais clara ainda, ao analisarmos o sentido social do urbanismo impõe-se-nos a contemplarmos um conjunto de vários factores, considerando também diversos pontos de vista.

É neste sentido que a definição do "urbano" com base nos modelos utilizados no mundo industrial, em certos aspectos, não é adaptável à muitas cidades do Mundo, particularmente, as de

⁷⁶.Cfr. Rigotti, G., Op cit, p.198.

Moçambique. Porque, nesta óptica, quando se se debruça sobre aspectos sociais coloca-se mais em realce a larga e progressiva divisão laboral, factor dinamizador da densidade social.

Mas esta é uma questão mais económica que se reflecte ou reflecte as próprias relações sociais, do que uma razão meramente social. Uma larga divisão laboral que implique uma interdependência, nas relações sociais, depende da estrutura económica desse centro urbano, quer dizer, depende da densidade da rede industrial da sua economia. Nas cidades ocidentais hoje os trabalhadores industriais são uma maioria.

Por outro lado, ainda na óptica ocidentalista de abordagem urbanística, os autores procuram mostrar que com a diminuição da participação colectiva, o "individualismo" aumenta nas cidades, pois, os laços de coesão perdem a sua força.

Mas julgamos que nas cidades africanas com estruturas antigas, a linhagem como ponto de referência na identificação ou na relação de parentesco, não desaparece, os seus membros transformam-se em grupo orientado por novas normas formais à que se vão adaptando. E o indivíduo procura manter a sua reputação, isto é, consideração social do seu grupo, o que torna a sua personalidade mais um "eu" colectivo do que um "eu" individual que normalmente ele sente que o é.

Quanto ao aspecto político-administrativo, como forma de afirmação da própria sociedade moçambicana e do seu universo sócio-cultural, a autoridade tradicional funcionou sempre e ainda funciona independentemente da situação rural ou urbana.

Ela é de nível comunitário e é caracterizada pelo regime cumulativo de funções. Por exemplo, um membro do conselho

jurídico, além do seu papel social de chefe de família (como marido, pai e tio ou avô) pode exercer papéis de curandeiro e/ou advinho, na sua comunidade.

No que diz respeito às chefias tradicionais propriamente ditas, há uma linha hierárquica que vai desde o chefe máximo, o *Mwinyi-Nkhulu* ou *Mpewe/Mwene Múlupale* (chefe grande, chefe dos chefes) ao chefe do último escalão, que é o chefe de família (avô, tio, pai ou marido).

Outra característica intrínseca da autoridade tradicional é o seu funcionamento que se traduz mais no exercício da gestão social (incutindo régras e normas de e para o comportamento social do indivíduo ao nível das comunidades) do que numa administração territorial.

A atribuição a um aglomerado populacional do estatuto de cidade, por outro lado, não passa de um acto de dimensão político-administrativa, por meios legislativos tais como: resoluções, portarias e outros, à convicção do próprio Estado. Daí que se observa que certos centros urbanos pequenos como Angoche e Nacala, ganhem estatuto de cidade sem modificar as suas raízes.

Quase todas as cidades do mundo encontram-se em constantes alterações ou reconstruções, que podem tomar carácter arquitectónico expansivo - fazendo-se novas edificações além das áreas limítrofes da zona urbanizada -, ou um carácter intensivo através da destruição das antigas edificações (devido ao seu estado de degradação ou devido ao seu carácter modesto) para uma reedificação, com vista à aumentar o rendimento e de forma a corresponder às novas visões/criações científico-técnicas.

6.1. RECOMENDAÇÕES

Para assegurar uma paisagem urbana funcional e agradável é imperioso que se faça um ordenamento habitacional e consequente fiscalização das finalidades do uso de terra nessas áreas. Ao se realizarem os trabalhos de cadastro, ao se demarcarem os talhões é necessário, também, que sejam previstas linhas de canalização de água e de esgoto ou drenagem, mesmo que não se saiba quando algum projecto nesse sentido vai ter lugar.

O que se tem verificado é sim a definição das áreas para estradas e ruas; reservas de espaços para infraestruturas sociais, económicas ou turísticas. E quando já se pensa em implementar tais projectos, em benefício da urbe e da população, surgem problemas como os de má localização desta casa ou daquela sombreira/fruteira.

Em diversas cidades moçambicanas, mais concretamente nestas de Angoche e Nacala, há zonas com uso definido em planos directores, cujo solo é aproveitado para outros fins e vice-versa. O exemplo concreto é a ocupação das zonas de protecção contra erosão por populações, em Nacala, para fins agrícolas ou mesmo habitacionais.

Sabe-se, no entanto, que o crescimento extraordinário da população, principalmente nas zonas peri-urbanas traduz-se em problemas de aproveitamento do solo, abastecimento de água, além dos problemas relacionados com as próprias condições de higiene ambiental.

Assim, o conceito de planeamento urbano deve abarcar todas as medidas destinadas ao ordenamento destas zonas com vista o melhor aproveitamento do solo. Segundo Mausbach, "as formas de

ordenamento urbano variam segundo a estrutura política e social do país e segundo a ideologia dos seus habitantes"¹⁷. Por isso, o país está num processo de criação municipal, com estrutura político-administrativa descentralizada, os municípios que gozarão de certa autonomia deverão criar meios necessários para permitir o desenvolvimento das formações urbanas.

Há por outro lado, questões de índole sócio-cultural que merecem um estudo mais aprofundado com vista a contribuição na gestão do meio ambiente, isto é, gestão do espaço habitado. Há por exemplo, um grande número de cemitérios do tipo linhageiro no meio ambiente que se pretende urbano, quer em Angoche quer em Nacala, o mesmo verificando-se também na Matola. Este facto dificulta o estabelecimento conveniente das vias de comunicação dentro do espaço povoado e também o próprio alargamento do povoamento, se atendermos que culturalmente e ao nível local cemitério é um lugar sagrado, na maioria dos casos, é caracterizado por uma mata fechada.

¹⁷.Mausbach, Op cit, p.14.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

i. FONTES NÃO PUBLICADAS

1. ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ANGOCHE. Intervenção do Governo do Distrito de Angoche por ocasião do 26 de Setembro de 1995, 25º Aniversário da cidade de Angoche.Angoche, 1995.
2. BRANQUINHO, José Alberto Gomes Melo.Prospecção das Forças Tradicionais do distrito de Moçambique [segredo].Serviços de centralização e Coordenação de informações, Governo Geral de Moçambique, Mimeo, Lourenço Marques, 1969.
3. CORREIA, Armando Eduardo Pinto.Relatório de Inspeção Ordinária às Circunscrições do Distrito de Moçambique, 1936-1937.Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas, Colónia de Moçambique, Província do Niassa, Vol.I, s/d [encontra-se no A.H.M].
4. LEITE, Joana Pereira [tradução a manuscrito de António Sopa].Algumas Reflexões para o Estudo das Comunidades de Pescadores Islamizados do Litoral Norte de Moçambique.[título original "Qualques Reflexions Pour L'etude des Communiantes de Pêurs, Islamises, du Lithoral Nord du Mozambique"].Paris, 1983.
5. LUNDIN, I.B.Autoridade Tradicional na realidade moçambicana:Breve Historial no Tempo e no Espaço e sua Estrutura Hoje [comunicação, em texto não publicado, apresentada no seminário sobre "Autoridade Tradicional, Democracia e o Estado].Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais do Instituto das Relações Internacionais, Maputo, 1995.
6. LUNDIN, I.B.Algumas considerações sobre a Sociedade Amakhuwa:Aspectos Básicos da sua organização social:Diferentes Políticas Implementadas:Consequências:O Presente e o Futuro[documento não publicado].M.A.E., Maputo, 1992.
7. MOLDE, Mussa; OJAMPERÄ, Satu; OKSANEN, Paula.Propostas para a Política do Realojamento, Controle das Construções Ilegais e Coordenação das Actividades.Conselho Executivo da Cidade de Nacala, Fevereiro de 1994.
8. NEGRÃO, José et all.A Participação das comunidades na gestão dos recursos naturais.Projecto Comres GTA/MICOA:Relatório Final, parte 3:Meio ambiente urbano na cidade de Angoche (da autoria de José Negrão e António Sopa), C.E.A., Maputo, 1996.
9. VOABIL, Custódio Correia.Management Plan for Coastal Zone of Nacala Bay and Peninsula.University of Stirling Department of Environmental Science, s.l, 1993.[Encontra-se na biblioteca de Comissão do Meio Ambiente/M.C.C.A.]
10. WHITE, Rosa.Propriedade do Estado e Terreno Pertencente ao Domínio Público do Estado [comunicação, não publicada, apresentada no seminário sobre a revisão da lei da terra, no I.N.I.A., em 18 de Julho de 1995].Maputo, 1995.

ii. TESES

1. HAFKIN, Nancy Jane. Trade, Society and Politics in Northern Mozambique c.1753-1913. [Tese de Ph.D.] Boston University Graduate School, 1973.
2. LOBO, Rafael C.A.R. As Autoridades Tradicionais e a Organização das Regedorias de 1961: alguns aspectos político-administrativas na Província de Moçambique. [Tese de Licenciatura], Universidade Técnica de Lisboa; Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, Lisboa, 1966.

iii. FONTES ORAIS

1. Atibo Ossufo, entrevistado no Bairro do Inguri, 17/02/96.
2. Chale Abdala (régulo), B. Inguri, 18/02/96.
3. Cipriano Ossufo Abacar M'tapanha (Chehe), B. Inguri, 19/02/96.
4. Lipine Jamal, B. Puli, 12/02/96.
5. Sr. Morais, entrevistado em Maputo, 27/12/95.
6. Mucussete Hagi, B. Inguri, 18/02/96.
7. Salimo Alcamassa, entrevistado na região de Mamyirha (Km-13), 11/07/94.

iv. PUBLICAÇÕES

1. ALVES, Armando Melo Nobre Teixeira. "análise da Política Colonial em relação à Autoridade Tradicional". In: LUNDIN, I.B; MACHAVA, F.J. Autoridade e Poder Tradicional. Vol.I, M.A.E.; N.D.A., Maputo, 1995.
2. AUGÉ, Marc [direcção]. Os domínios do Parentesco (filiação, aliança matrimonial, residência): Perspectivas do Homem. Edições 70, Lousã, 1978.
3. BANTON, Michael. "Urbanization and Role Analysis". In: SOUTHALL, Aidan. Urban Antropology: Cross Cultural Studies of Urbanization. Oxford University Press, London, 1973.
4. CANCELAS, Alexandre. Contributo para uma Política Social moçambicana. Editora Pax, Braga, 1972.
5. CARRILHO, João. "Administração Local e Administração Tradicional de Terras". In: LUNDIN, I.B.; MACHAVA, F.J. Autoridade e Poder Tradicional. Vol.I, M.A.E., N.D.A., Maputo, 1995.
6. COISSORÓ, Narana. "O regime das terras em Moçambique" In: Moçambique: Curso de extensão universitária, ano lectivo de

1964-1965, Universidade Técnica de Lisboa; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, Lisboa, s/d.

7. COMISSÃO NACIONAL DO PLANO."Enumeração da População e Agregados Familiares das Cidades e alguns Distritos e Postos Administrativos de Moçambique, Junho de 1991".Série Estimativas Demográficas, Documento nº1, Maputo, Dezembro, 1991.

8. CONSELHO EXECUTIVO DA CIDADE DE NACALA.Estratégias para a Reabilitação e Urbanização do Bairro de Ribaué, Nacala:Relatório Final. Maputo, Agosto de 1994.

9. DUARTE, Ricardo Teixeira.Northern Mozambique in the Swahili World:An Archeological Approach.Central Board of National Antiquities, Sweden; Eduardo Mondlane University, Mozambique; Uppsala University, Sweden, 1993.

10. FERREIRA, Eduardo Sousa.O fim de uma era:O Colonialismo Português em Africa.Lisboa, Sá da Costa Editora, 1977.

11. GIBBS, Jack P.Urban Research Methods.D. Van Nostrand Company, INC, s.l., Canadá, 1961.

12. GOVERNO GERAL:DIRECÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL."Listas dos Regedores dos Distritos organizados nos termos do artigo 9º. da Portaria nº.17 973, de 29 de Agosto de 1964". In:B.O.M.:Suplemento, Série II, 41(12 de Outubro de 1964):2033-2057.

13. HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE.Vol.III, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1995.

14. ISAACMAN, Alan.Mozambique:The Africanization of an european institution:the Zambezi Praços 1750-1902.Madison, 1972.

15. LEDRUT, Raymond.Sociologia Urbana.Rio de Janeiro, 1968.

16. LEGISLAÇÃO SOBRE O USO E APROVEITAMENTO DA TERRA.Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo, 1988.

17. LIMA, Alfredo Pereira (de).História dos C.F.M.Edição da Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, Vol.III, Lourenço Marques, 1971.

18. LUNDIN, Iraê Baptista & MACHAVA, Francisco Jamisse.Autoridade e Poder Tradicional.Vol.I, ed. N.D.A./M.A.E. (Núcleo de Desenvolvimento Administrativo do Ministério da Administração Estatal, Maputo, 1995.

19. LUPI, Eduardo do Couto."A Região de Angoche". In: Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, nº24, série 8, Lisboa, 1906.

20. LUPI, E. C.Angoche:Breve memória sobre uma das Capitánias-mór do distrito de Moãmbique.Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, Lisboa, 1907.

21. MAUSBACH, Hans. Urbanismo Contemporâneo: Análise dos Fundamentos do Planeamento Actual. Biblioteca de textos universitários, 2ª Edição, Editorial Presença, Portugal, 1977.
22. MCGEE, T.G. The Urbanization Process in the Third World: Exploration in Search of a Theory. s.l., 1975.
23. MELLO MACHADO, Major A.J.(de). Entre os Macuas de Angoche: Historiando Moçambique. Lisboa, Prelo [colof.1970].
24. MOREIRA, P. Porfírio Gomes. "Subsídio para a História da Paróquia de Angoche e da Missão de Malatane". In: STÚDIA: Revista Quadrimestral n024 (Agosto de 1968):99-139.
25. MYERS, Gregory; TANNER, Christopher. "Terras (1): Direitos de Propriedade e Conservação Ecológica". In: Extra: Revista para o Desenvolvimento e Extensão Rural n010 (Maio e Agosto de 1992):26-34.
26. NACALA: Plano Director. Instituto Nacional de Planeamento Físico, Maputo, 1985.
27. "NACALA: Conselho Executivo da Cidade Rumo à uma Maior Autonomia". In: Boletim Informativo n03 (Setembro de 1992):3-7.
28. NEWITT, M.D.D. "The Early History of Sultanate of Angoche". In The Journal of African History, Vol. XIII, n03 (1972):397-406.
29. NEWITT, M.M.D. Portugal in Africa: The Last Hundred Years. London, 1981.
30. OJAMPERÄ, Satu. When People have to move away: Resettlement as part of erosion control in Nacala, Mozambique. Nacala Integrated Urban Development Project: Ministry of the Environment, Finland; Nacala City Council, Mozambique, Vantaa, 1994.
31. O'NEILL, Henry E. "Some Remarks upon Nacala and Ports on Northern Mozambique Coast". In Proceedings of the Royal Geographical Society and Monthly Record of Geography, New Series Vol. VII, n06 (June, 1885):373-377.
32. PÉLISSIER, René. História de Moçambique: Formação e Oposição. Vol. I, Editorial Estampa, Lisboa, 1987.
33. PILILÃO, Fernando. Moçambique: Evolução da Toponímia e da Divisão Territorial '1974-1987'. Divisão Gráfica da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1989.
34. RIGOTTI, Giorgio. Urbanismo: La Composición. Editorial Labor, S.A., Barcelona; Madrid; Buenos Aires; Rio de Janeiro; México, Montevideo, 1967.
35. ROCHA, Aurélio. "Resistência em Moçambique: O caso dos Suahili, 1850-1913". In: Actas I da I Reunião Internacional de História de Africa: Relação Europa-Africa no 30. Quartel do

Séc.XIX, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 1989.

36. Roteiro da Costa da República Popular de Moçambique. Ministério da Defesa Nacional: Direcção de Navegação e Oceanografia do Ministério da Defesa da URSS (editor), 1ª edição, 1986.

37. SERRA, Carlos. Como A Penetração Estrangeira Transformou o modo de produção dos camponeses moçambicanos: O exemplo da Zambézia(+1200-1964). Colecção Moçambique e a sua História, Vol.II, Maputo, 1986.

38. SILVA CUNHA, Joaquim Moreira (da). O trabalho indígena: Estudo de direito colonial. Edições Ática, Lisboa, 1949.

39. SOARES, Paulo Ribeiro. "O Cajú e o regime das propriedades no Mossuril entre 1930 e 1950". In: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique nº4 (Outubro de 1988):91-103.

v. REFERÊNCIA DOS MAPAS

1. Carta de Portugal: Província de Moçambique, escala 1:50.000, folha 593 1639 B2, António Enes, 1970. [fonte: Voo Fotográfico, 1965, 1969].

2. LIANA, Battino s.t., 1994. [Nacala -esboço de Mapa de expansão urbana, não publicado].

3. LIESEGANG, G. J. Arredores de Angoche., 1994. [Esboço baseado no mapa 1:50.000, 1970, e em informações de Hamido Mucussete].

ANEXOS

ANEXO I. TERRAS: ACESSO, POSSE E SEGURANÇA DE POSSE

Ao analisarmos a problemática de terras em Moçambique podemos constatar que passos que se dão para o estabelecimento habitacional nas zonas periféricas do meio urbano, por vezes, assemelham-se à alguns critérios usuais no processo de formação de povoações no meio rural. Uma abordagem histórica deste processo de estabelecimento territorial na zona rural ajuda a compreender certas razões de conflito ou de harmonia, que se podem verificar no mundo urbano, no que concerne à aquisição de terras.

A generalidade da população rural moçambicana vive em habitações dispersas como forma de se situar próximo do lugar de produção. Mas, esta dispersão das habitações não implica um isolamento social. Porque, socialmente, se estas populações vivessem isoladas, então não se falaria de uma vida sob regras e normas comunitárias.

Esta comunidade é basicamente linhageira ocupando um território específico que designamos de território linhageiro. Pois, embora nele residam indivíduos ou famílias vindas de fora, é um território geralmente habitado por famílias da mesma linhagem e cada família deve dispor de um espaço físico mínimo para cultivar, criar animais, para cultos e para a sepultura dos seus entes. Daí uma habitação dispersa.

Embora este território possa apresentar certa escassez de recursos físicos e económicos, presume-se que dispõe desses principais factores necessários, porque se a terra se mostrar pobre é abandonado pelos seus habitantes que emigram a procura de espaços melhores para a sua sobrevivência.

E em termos físicos, dispõe de limites naturais, geralmente, acidentes geográficos ou árvores. Muito raramente são delimitados

artificialmente com marcos, etc.

Este território tem um chefe que é membro da linhagem ou que o ocupou primeiro ou ainda que adquiriu de outra maneira.

Os habitantes desse território são assim chamados de *AWAANI/AMWAANI* ou *ALAPONI* (em língua Emakhuwa/Enahara) o que significa indivíduos naturais ou pertencentes ao território, derivado de *ELAPO* = território/país. Ou em Língua Ekoti, *ANYINTI* derivado de *NTI* = também território/país¹.

Acima descrevemos o processo de formação de povoações/habitações no contexto da sociedade rural, nesta parcela do país.

De facto, as características de vida habitacional dispersa, em grupos de famílias geralmente da mesma linhagem era notório nessas populações, mesmo no meio urbano, até a sua eliminação pelo processo forçado de reassentamento e reestruturação.

Tal como acontece no campo (rural) nas zonas urbanas há sempre alguns "primeiros" a chegar e a fixar-se. A sua preocupação tem sido sempre de construir habitação e plantar árvores quer de sombra quer de fruta, em volta da sua casa, ocupando um espaço físico considerável. Assim, a anterioridade na ocupação de algum espaço territorial garante a posse do território em relação aos vindouros.

Os que imigram posteriormente, geralmente conseguem acesso à terra aproximando-se daqueles, que se fixaram primeiro, com quem estabelecem relações. Dadas as normas de comportamento sócio-político nesta zona de Africa que até autores coloniais

¹.Cfr. Ki-Swahili: *inchi*= país, *wananchi* cidadãos deste país.

comentam², normalmente, estes acabam conseguindo autorização para se estabelecerem.

Mas o que conseguem é simplesmente o acesso à terra para habitar e cultivar.

Enquanto o indivíduo de dentro goza de direitos sobre a terra através de mecanismos internamente vigentes, os de fora, geralmente, procuram relacionar-se com algum residente que poderá tornar-se numa espécie de "padrinho" para quaisquer questões relacionadas com a vida social da comunidade, até passar à ser considerado como membro da família.

Assim, em princípio, funcionam os mecanismos de acesso à terra, não excluimos tantos outros factores intervenientes que tendem contrariar tal rumo de acontecimentos, devido a evolução social acrescida de influências externas. Ou seja, devido ao processo de acculturação caracterizado por um sentido unidireccional, virado à esses povos com remanescência de orientações tradicionais.

i. Aquisição/Posse de Terras

Neste trabalho distinguimos os termos "acesso" e "posse" por acharmos que o primeiro refere-se ao facto de o indivíduo poder

².Coissoró, N.[s/d], p.373, falando do direito costumeiro tradicional dá um exemplo que se verificou quando os portugueses se aproveitaram deste costume para se apossarem das terras que um chefe local lhes autorizara a residir durante o reinado dos Muenemotapas; Correia, P., [s/d], p.120 constatou, no caso concreto do então Distrito de Moçambique, que antigos sentenciados portugueses e deportados às colónias que depois de cumprida a sentença não eram repatriados, conseguiram açambarcar extensas terras aproveitando-se deste costume dos nativos e/ou da sua posição de brancos no sistema colonial.

utilizar um pedaço de terra sem que o utente reclame o direito de posse.

Os possuidores de terras, geralmente, não concordam com a intervenção do Estado, sobretudo, com as medidas administrativas deste, principalmente, quando estas implicam alguma obrigação ou quando elas são desfavoráveis àqueles possuidores. Medidas como por exemplo, transferências das populações de um território para outro sem acordo prévio suscita desentendimento.

O desentendimento surge do facto de essas populações se sentirem como donos, isto é, proprietários de tais terras onde, se encontram estabelecidos. Eles legitimam a posse com o argumento de serem ou justos herdeiros dos seus ancestrais, ou os primeiros ocupantes do território, numa demonstração do provérbio Emakhuwa segundo o qual *quem chega primeiro ao poço não bebe água turva*. Quase na totalidade, as pessoas que entrevistamos durante o trabalho de campo, afirmaram-se legítimos detentores das terras que ocupam.

Por outro lado, e associado àquele ponto de vista, o Estado não é uma individualidade personificada ou identificável, mas sim uma entidade institucional da máxima instância, isto é, juridicamente falando, pessoa colectiva de direito público.

Assim, achamos que as populações ou não conseguem ou negam descodificar esta relação terra-Estado (o termo adequado seria terra pertença do Estado), uma vez que tal Estado ou governo ao ser fundado, encontrou-as a viverem nessas terras.

Em sua dissertação, Cancelas, recorda que

"os problemas ligados à posse e uso da terra são presentes em todas as épocas da história pela valorização dos interesses das comunidades, uma vez que , a propriedade do solo e o seu usufruto

têm a sua existência universal desde os tempos mais recuados, e nenhum poder político a ignora, mesmo quando a não considere como uma questão tamanha"³.

Ocorrem no seio dessas populações, diversas formas de um indivíduo adquirir a posse de terras. A mais comum é a aquisição por herança que o indivíduo ganha dos seus avós, tios ou pais falecidos. É ainda frequente obter-se a posse de terreno pela atribuição por um parente e este facto deve estar estritamente associado ao conceito de família que tais comunidades têm.

Entretanto, nas zonas urbanas ou peri-urbanas onde a concentração humana é grande e o espaço físico limitado, com uma mistura de hábitos culturais e onde a economia é mais monetarizada do que no meio rural, o mercado de terras é uma realidade e compra e venda de terras um processo normal. Não constitui nem segredo nem preocupação entre as populações.

O próprio governo está a par da existência desse mercado, embora, não se beneficie dele⁴. Porém, há uma discrepância entre o que vem escrito na lei (neste caso, a lei da terra de 79 e os seus predecessores coloniais) e a prática no terreno. O que permite afirmar que tal lei encontra-se longe da realidade social.

Alguns estudiosos argumentam que o problema central da questão de terra não é a lei em si, mas sim a incapacidade de sua implementação. Julgamos, no entanto, que tal incapacidade existe porque a aplicabilidade da lei não encontra terreno livre de

³. Cancelas, A., 1972, p.61.

⁴. White, Rosa, propondo o reconhecimento pelo Estado do direito costumeiro e a privatização às famílias das terras que ocupam, comentou que "já existe mercado de terras em Moçambique... Não se trata de regular ou legislar tal mercado...".

acção devido à este distanciamento que acabamos de referir, isto é, o não reconhecimento ou a não inclusão de algumas componentes do direito costumeiro vivo na lei em causa, além do desfazamento de que a mesma está a se ressentir face à realidade actual.

A autora acima citada, interpretando na totalidade o artigo 1 da legislação sobre a terra sustenta que vender a casa ou vender o terreno/talhão (assim vulgarmente conhecido) não significa vender a terra, mas sim transferência de direitos de uso e aproveitamento⁵. Mas uma casa de alvenaria é um bem durável cuja construção implica esforços de tantos anos, dispendendo salários de meses e meses que são aplicados nesse empreendimento para se obter um bem imobiliário que se pretende vitalício. A mesma afirmação pode ser feita em relação à família que ocupa um determinado terreno e planta fruteiras perenes de que se serve para a dieta alimentar ou mesmo para angariar valores monetários para a sua subsistência.

Algumas dessas famílias fazem este tipo de empreendimento como forma de conservar a sua riqueza monetária mas em bens duráveis, o que mostra possuírem noção da instabilidade de moeda, pois, frequentemente, afirmam que o dinheiro no bolso não dura muito tempo. É, pois, nesse sentido, desvantajoso para essas famílias obrigá-las a trocar tais bens por dinheiro ou a perdê-los como prescreve a lei Estatal. Os legisladores mesmo reconhecendo a sua insustentabilidade assim como os prejuizos desta legislação no que toca as famílias, não os levam em

⁵.Cfr. White, Rosa, Op cit., que por tal razão "o regulamento da terra diz que só o concessionário passa a usar o terreno concedido depois de fazer o levantamento de tudo que sobre o terreno está plantado, indemnizar o antigo ocupante e oferecer um talhão à este antigo ocupante.

consideração. Esperémos pelos preceitos da nova lei de Terras.

Na prática, o que se tem verificado entre as famílias de que nos estamos debruçando é que as transacções de terras são feitas a partir do que existe sobre ela (tanto no processo de compra/venda, na atribuição de herança ou na oferta familiar).

Quer dizer, coincidentemente com o que está preceituado na legislação sobre a terra, no momento da transacção, geralmente, o bem trocado não tem tido como referência directa a própria terra. O que os prosseguidores ou defensores da legislação escrita podem considerar como simples transacção de árvores, plantas ou imóveis assentes sobre ela.

Entretanto, a partir daí, o beneficiário pode usar segundo as suas pretensões, sem o receio de um dia vir perder o direito de posse que ao nível da comunidade local lhe é garantido. E o vendedor reconhece desde já a perda de direito sobre o bem transaccionado, mesmo sem a intervenção do Estado como medianeiro, bastando estarem presentes testemunhos dos intervenientes na operação de troca que, geralmente, têm sido membros da família.

Tal mercado de terras verifica-se com mais frequência nas zonas urbanas do que rurais. Este facto não implica a perda de preconceitos ou normas costumeiras que regem a comunidade. A razão está na maior circulação de moeda e na maior procura de terrenos em tais zonas urbanas.

É necessário ter em conta que a sociedade é dinâmica não somente porque os tempos mudam, mas, principalmente, porque à medida que tais mudanças se verificam a sociedade vai assimilando novos elementos, que se registram no seu repertório cultural,

através de contactos sociais que podem mudar parcial ou totalmente os modelos de vida. Mudanças essas que não seguem um sentido linear nem se manifestam de uma maneira abrupta.

E muitas das pessoas que vendem suas propriedades são aquelas que não conseguindo acompanhar a evolução do custo de vida das cidades preferem voltar ao campo, porque lá ainda existe um espaço físico ao qual tem acesso e no qual podem praticar as actividades de rotina agrária.

Algumas autoridades do governo local, sobretudo as que têm a incumbência de velar ou atribuir talhões, organizar habitações, etc., também participam neste mercado, ou beneficiando-se da sua função administrativa de gerir a terra do Estado para violar a própria legislação, ou participando na compra e venda como indivíduos.

ii. A Segurança de Posse

Em todos os domínios de propriedade, a segurança de posse é o factor fundamental para o sossego social. Segundo os especialistas em questões sociais ligadas à terra, quando os direitos à terra são claros, seguros e defensáveis os detentores desses direitos dormem mais descansados, porque não há necessidade de se preocuparem com a defesa da posse como se não o fossem⁶.

Numa comunicação de 1993, Carrilho, refere pelo menos três elementos básicos para que haja segurança de posse:

⁶.Myers, G. & Tanner, C., in Extra, nº10(Maio-Agosto de 1992),p.26; Carrilho, J., Maputo, 1995, p.120.

- "primeiro a confiança quanto aos direitos, quando o utilizador sabe que tem o direito à posse da terra; segundo a duração desses direitos; e terceiro a extensão dos direitos, o que significa que se o utilizador é quem decide o que fazer da terra, então, o seu grau de segurança é alto".

E para que se sinta seguro é necessário gozar de uma aquiescência social ao nível da comunidade local e isto passa necessariamente pelo conhecimento e cumprimento das normas e regras locais, por parte do indivíduo, até que lhe concedam tal aquiescência.

Cumpridas estas etiquetas consuetudinárias e, conseqüentemente, ganha a legitimidade de posse, qualquer intervenção externa tendente à ignorar este aspecto suscita reacção.

¹. Carrilho, J., Loc cit, 1993, p.120.

ANEXO-II. REALOJAMENTO E PROBLEMAS DE POSSE DE TERRAS EM
NACALA E ANGOCHE

i. A Transferência das famílias em Nnacala

O plano de expansão urbana em curso (encontrando-se na sua fase mais avançada) em Nacala incluiu o realojamento, em novas zonas, das famílias outrora moradoras em áreas consideradas perigosas à conservação das infraestruturas da própria cidade.

Estes trabalhos implicaram a abertura de novas zonas (que em linguagem técnica local eram chamadas zonas de expansão) como Mathapue, para acolher os relocados, em construções disciplinadas das suas habitações de forma à dar, o local, um aspecto urbano. Foram assim feitos os trabalhos de cadastro e atalhoamento e foram reservados, na zona, terrenos para futuras infraestruturas sociais para os quais ainda falta um financiamento.

Verificou-se, em 1994, que tanto nas zonas de evacuação como nas de expansão, os trabalhos de urbanização enfrentaram expressivas dificuldades de âmbito social, que levaram ao atraso no cumprimento do programa.

Depois da elaboração e discussão interna do plano de realojamento, vários encontros tiveram lugar entre as populações das áreas piloto e os executores do projecto (o Concelho Executivo Local e a FINNIDA), cujo teor era informar as famílias sobre os trabalhos que o projecto passaria a desenvolver dali em diante⁸.

⁸.Os sucessivos encontros e os seus conteúdos estão integralmente registados no relatório de Ojamperä, S., 1994, pp.23-28 e 33.

Foram postas como razões, a degradação do meio ambiente que periga a cidade; apresentadas como objectivos, a retirada das famílias para os posteriores trabalhos de reflorestamento e de drenagem e outros, com vista a estancar a ameaça de erosão. E foram dados como benefícios, a concessão de talhão em terrenos planos e espaçosos (com o direito de uso garantido pelo documento escrito entreque no acto de atribuição) nas novas zonas, oferta (embora exígua) de algum material de construção, disponibilização de viaturas para o transporte de bens e materiais, ainda úteis, saídos dos escombros da antiga casa para o novo talhão e, também, canalização de água para o consumo gratuito por um período limitado, que ia até Dezembro de 1994. Foi dado, por último, um prazo de trinta dias para que as famílias começassem a se preocupar com a mudança.

Porém, embora fossem reais as preocupações colocadas pelo mentores dos encontros, não se previu qualquer intenção de indemnizar às famílias a serem realocadas pelos transtornos, pelas casas por destruir e pelos bens a perderem e, as reacções das populações não tardaram, desde à colocação de questões também realistas e sensíveis até à recusa de abandonar os terrenos de que detinham a segurança de posse.

E muitas famílias puderam abandoná-los quando viram que o projecto estava a prosseguir com os trabalhos, abrindo valas previstas e arrastando areia, com as máquinas, junto às portas das casas que deviam desabar.

Em Mathapue, por seu turno, os terrenos atalhados eram propriedades de famílias e chefes influentes que aí se estabeleceram desde muito cedo, tendo plantado fruteiras perenes

(que não só constituem parte de dieta alimentar durante o seu período de maturação como também permitem aquisição de outros bens necessários, através da venda de uma parte da sua colheita) factor mais frequente de reivindicação da legitimidade de posse de terra.

Também não foram previstas indemnizações pelo atalhoamento e distribuição dessas terras ou, pelo menos, pelo derrube das fruteiras e a resolução deste problema foi deixado ao critério das duas famílias envolvidas, o que aumentava o grau de insegurança.

Pois o realojado era obrigado pelo proprietário à pagar um montante em dinheiro avaliado entre 5-10.000,00mts (em 1994), proprietário que mesmo assim mantinha intacto o seu direito sobre a terra. O que significa que os antigos ou legítimos proprietários tinham poder para fazer da terra o que lhes convinha, conforme vem expresso o sentimento lastimoso dos realojados:

"- nunca entrei em conflitos com ninguém por causa de terreno mas o dono disse-me que como foi o Governo que me colocou aqui, o terreno não me pertence; se tivesse dinheiro eu preferia regressar à Namapa, minha terra; para as pessoas que construíram casas neste terreno, o dono pretende que, ao se transferirem para outro local, as casas sejam vendidas por ele"⁹.

Talvez, aliado à estas razões verificou-se que algumas famílias, depois de realojadas, tornavam a construir a sua palhota na zona anterior. Facto que obrigou o governo local à um posterior reforço de acções de fiscalização e controlo das

⁹. Depoimentos e sentimento de insegurança manifestados por alguns realojados durante as entrevistas no bairro de Mathapue, em Nacala.

construções ilegais, para evitar a repetição da experiência¹⁰.

Devido às dificuldades com que os executores do projecto depararam por causa de reacção das famílias contrárias à mudança e, em parte, devido à limitação de meios (o que atrasou os trabalhos em relação à meta prevista no plano distribuído em fases) foram elaboradas propostas para a política de realojamento. Nelas foram definidas as tarefas específicas de cada parte componente das diferentes actividades do projecto, as suas responsabilidades e a necessidade cada vez maior de coordenação.

À avaliar pelos comentários parece-nos que, aos olhos dos executores do projecto, o ciclone Nádía, ocorrido no primeiro semestre de 1994, foi um mal necessário que, tendo deixado as populações na situação de dependência total, acelerou o processo de realojamento para dar lugar outros trabalhos.

A paisagem actual das zonas de expansão dá um aspecto de vida habitacional melhorada, sobretudo quanto à segurança contra erosão, o tamanho dos talhões (em relação às antigas aglomerações muito apinhadas de palhotas em zonas de declive) que fornece um espaço de fôlego.

Porém, a transferência massiva e instantânea de populações para uma zona não habitual, isto é, fazer deslocar grande número de pessoas sem a vontade própria (do deslocado) é um trabalho delicado. Suscita também ressentimentos dado que cada família a ser transferida impõe entre outras exigências, a indemnização por tudo que construiu, criou ou conseguiu durante o período em que

¹⁰.Moldè, M.; Ojamperä,S. & Oksanen, P., 1994, p.8 confirmam estes factos, nas suas Propostas para a política de realojamento, cujo Tielela é tomado como exemplo.

se fixou. Nem todas as medidas administrativas necessárias são acompanhadas de um pacote financeiro suficiente para torná-las exequíveis, e quando estas se revelam urgentes, os executores tendem a ignorar certos aspectos da vida social afectando deste modo a sensibilidade humana das próprias famílias envolvidas por tais medidas.

Qualquer plano ou decisão governamental sobre a terra e outras questões deve considerar este aspecto sócio-cultural e o mais viável tem sido ter-se em conta essas normas costumeiras, através do envolvimento das autoridades locais, para alcançar algum fim. E esta, de formalizar a integração desta autoridade, tem sido uma das sugestões ao governo nos actuais debates sobre o país. Porque para resolver um problema é preciso conduzir de maneira igual os interesses da colectividade e de cada particular, encontrar uma direcção coincidente para orientar as trajectórias opostas¹¹. Mesmo que isso exija muito esforço e compreensão de cada uma das partes.

A reacção das famílias contra a ocupação do seu território habitual à luz da legislação governamental, a qual ou desconhecem ou renegam, não é uma manifestação recente. Mesmo durante o processo de aldeamento ou de formação de bairros comunais este facto foi notório.

Afirmou o autor Cancelas que as pretensões colonias, datadas desde 1971, de promoção municipal aos africanos eram obstadas pelos nativos dada a sua vida habitacional dispersa¹². Mas, em nossa opinião, a razão principal não reside só no modo de vida

¹¹.Cfr. Rigotti, G. Op cit, p.119.

¹².Cancelas, Loc cit, 1972, p.32.

disperso mas sim na legitimidade e segurança de posse das terras que, por via das regras e normas costumeiras, estas famílias ocupam.

Por isso, em análise comparativa do processo "forçado" de vida comunal (quer em aldeias quer em bairros) entre Angoche e Nacala, constatamos que na primeira cidade o processo foi mais fácil do que na segunda. E aliamos este facto à história colonial, sobretudo, a sua política económica caracterizada pela concessão de extensas terras aos colonos para exploração agrícola, assim que os solos se mostrassem propícios.

ii. Cajuais em Nacala

Em Nacala, a natureza do solo impróprio para agricultura colona, e outras razões implícitas no plano de construção urbana evitaram que esta área fosse povoada de grandes plantações colonas como em Angoche.

E os cajuais, outrora propriedades de colonos, indianos ou do Estado colonial, se bem que desde o princípio da década de 1930 o caju ia progressivamente aumentando a sua importância, o mesmo não se verificaria três décadas depois. O que entre outros factores motivaria o abandono dos seus proprietários¹³. E com

¹³. No Relatório da *Inspecção Ordinária às Circunscrições do Distrito de Moçambique 1936-37, Vol. I, Cap. III nº2, [s/p]*, é descrito que "na região sul da baía de Nacala que confrota com as águas da baía... alastravam-se matas densíssimas de cajueiros... por onde habitavam as populações dos regulados de Muxilipo e de Suluho. Mas logo que as cotações de amêndoa de cajú alteraram, a administração considerou tais matas cajuais como reservas do Estado, submetendo-as a um regime especial, coordenando e policiando as colheitas de molde aos vários regulados".

Para realçar esta densidade cajual, Soares, P. In: Boletim do Arquivo

este abandono os nativos puderam tomar como suas propriedades, plantando novas árvores em substituição das velhas e conservando-as até a fase actual.

Deste modo, deixar estas terras, de onde tiram o necessário para a sua subsistência, para se fixarem nas de outrem sem observância das normas locais, além de suscitar um sentimento de alienação este procedimento é visto como causa de conflitos interfamiliares.

De maneira igual, assistir à divisão e distribuição das terras que detem, à outrem, à luz da legislação estatal e sem o mínimo de indemnização por quaisquer danos, esta medida está sujeita a gerar rancor ou descontentamento por parte da família lesada¹⁴.

É de salientar que, porque na maioria dos casos tais reacções não vêm à superfície (isto é, geralmente os conflitos são travados entre as famílias, sendo poucas as vezes em que se defrontam os agentes do governo) as autoridades governamentais, mesmo não ignorando os factos desprezam-nos. Por isso, em Nacala, só recentemente é que se fez levantamento dos haveres familiares

Histórico de Moçambique nº4 (1988):92-93, escreveu que de "1933/34 devido ao aumento da sua procura e da subida da sua cotação na ordem dos 1000%, o cajú contribuía muito para a economia da colónia... em 1936, por exemplo, a sua produção no distrito de Moçambique atingiu 17.274 toneladas em realção à de Cabo Delgado com 4.290t, Inhambane com 3.591t, Lourenço Marques com 2.804t e Quelimane com 396t".

¹⁴. Como exemplo ilustrativo, além de reacções e reclamações familiares que mencionamos atrás, ainda em Mathapue, foram atalhoadas para dar lugar ao novo bairro, as terras pertencentes a um influente chefe religioso. Ora, parece que para se poder alocar mais famílias a opção foi de atribuir um talhão à cada família. O descontentamento que o chefe levantou pela redução das suas propriedades levou o Concelho Executivo à deixar mais terras para a sua propriedade, mas isto não abafou os ressentimentos.

existentes nas áreas em atalhoamento.

9

ii. Transferências em Angoche

Com efeito, Angoche, a área que circunda a cidade num raio de cerca de 10km está cobertas de plantações quer de cajú, quer de coco e banana pertencentes aos antigos colonos ou à igreja. Até ao período da independência, algumas famílias habitavam nelas (onde faziam e fazem agricultura de subsistência) à troca de trabalhos de limpeza. Limpando em volta das suas casas ou abrindo machambas, isto contribuía para a limpeza das próprias plantações.

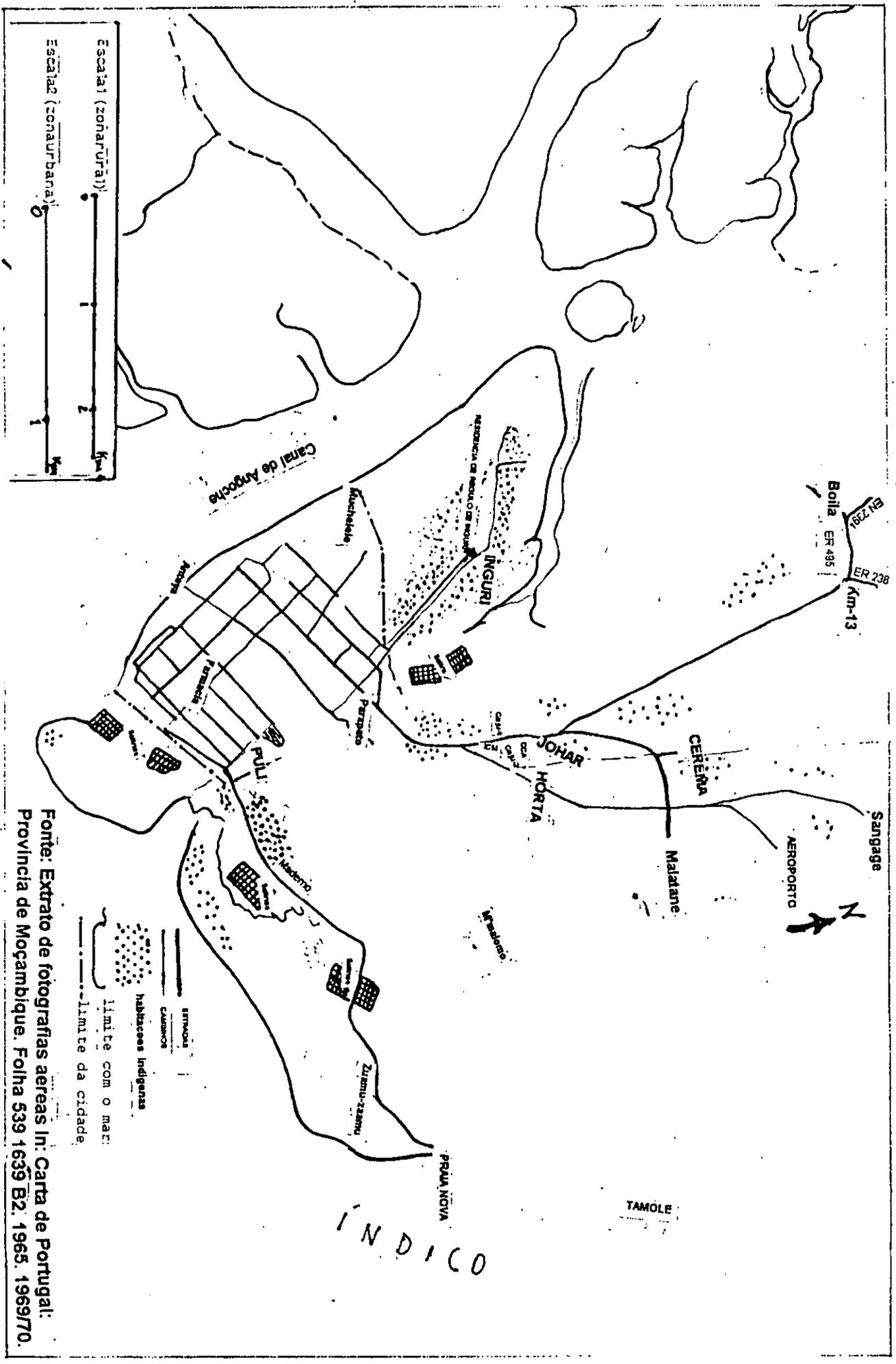
Parte dos moradores eram mão-de-obra nessas propriedades, trabalhando como guardas ou prestando outros serviços, e viviam com os seus parentes. O incremento de número de pessoas que paulatinamente chegavam procurando trabalho assalariado ou, simplesmente, para viver junto dos seus parentes que lá já estavam, permitia o alargamento do espaço ocupado assim como o aumento de número dos agregados.

Com o advento das nacionalizações, grande parte dessas propriedades passaram para a propriedade do Estado. E as famílias continuaram a viver aí até serem ordenadas em aldeias e bairros comunais.

Neste contexto, a relutância à mudança por parte das famílias (tanto as que já viviam nas suas terras como as que se encontravam dentro das plantações colonas), durante a implementação da vida comunal, não tinha como razões o receio de perder as suas terras. Mudavam para terras de que ninguém reclamava a posse (em virtude de os colonos terem as abandonado) enquanto mantinham intactas as suas antigas terras, localmente

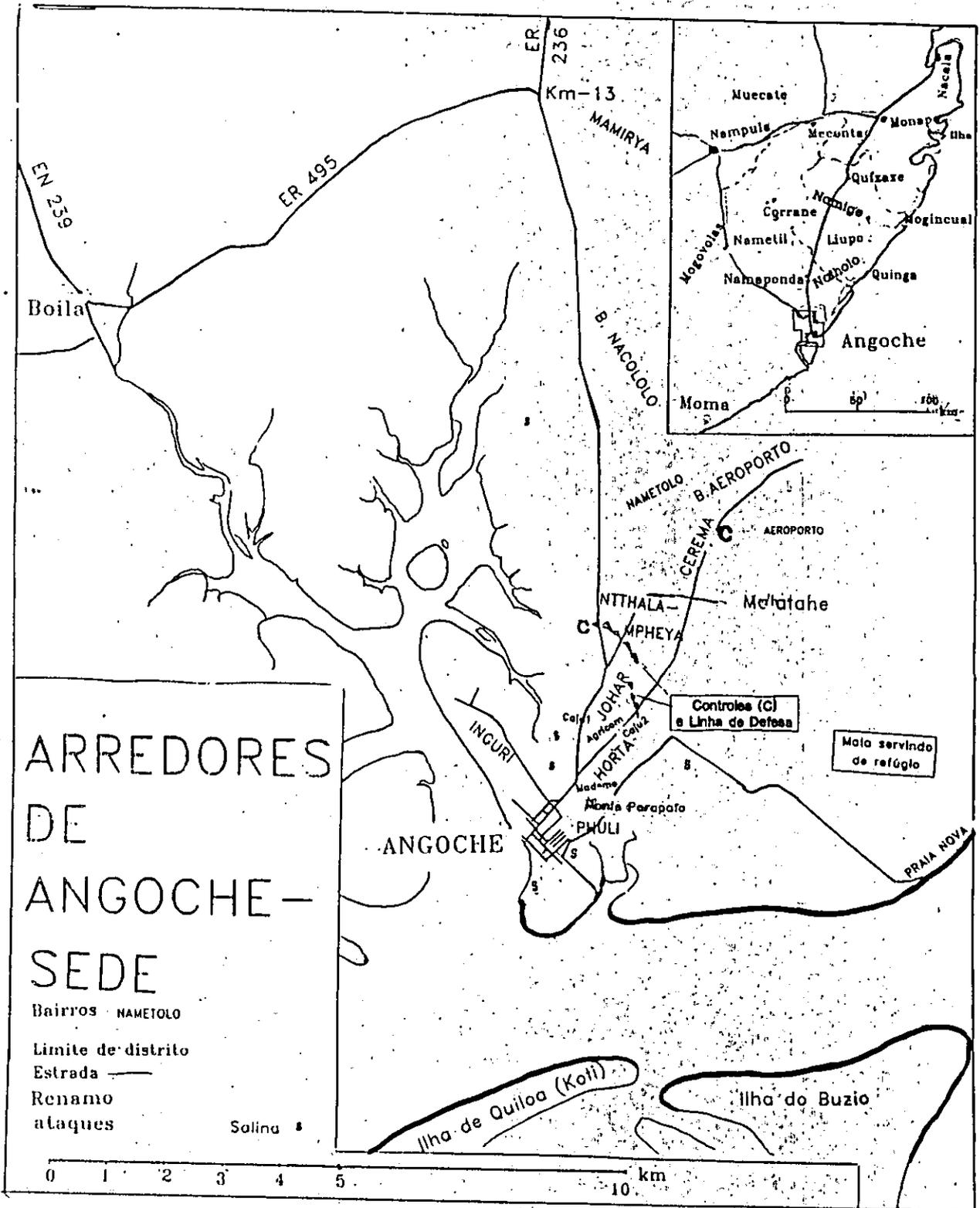
designadas por *Omontanha/M'montanha*. Mesmo no momento presente, os locais de produção, próximo de locais de habitação continua a ser *M'montanha*, porque os pequenos espaços (em volta das habitações) que serviam para este hábito das famílias, nos bairros, estão cada vez preenchidos por novas habitações.

MAPAS

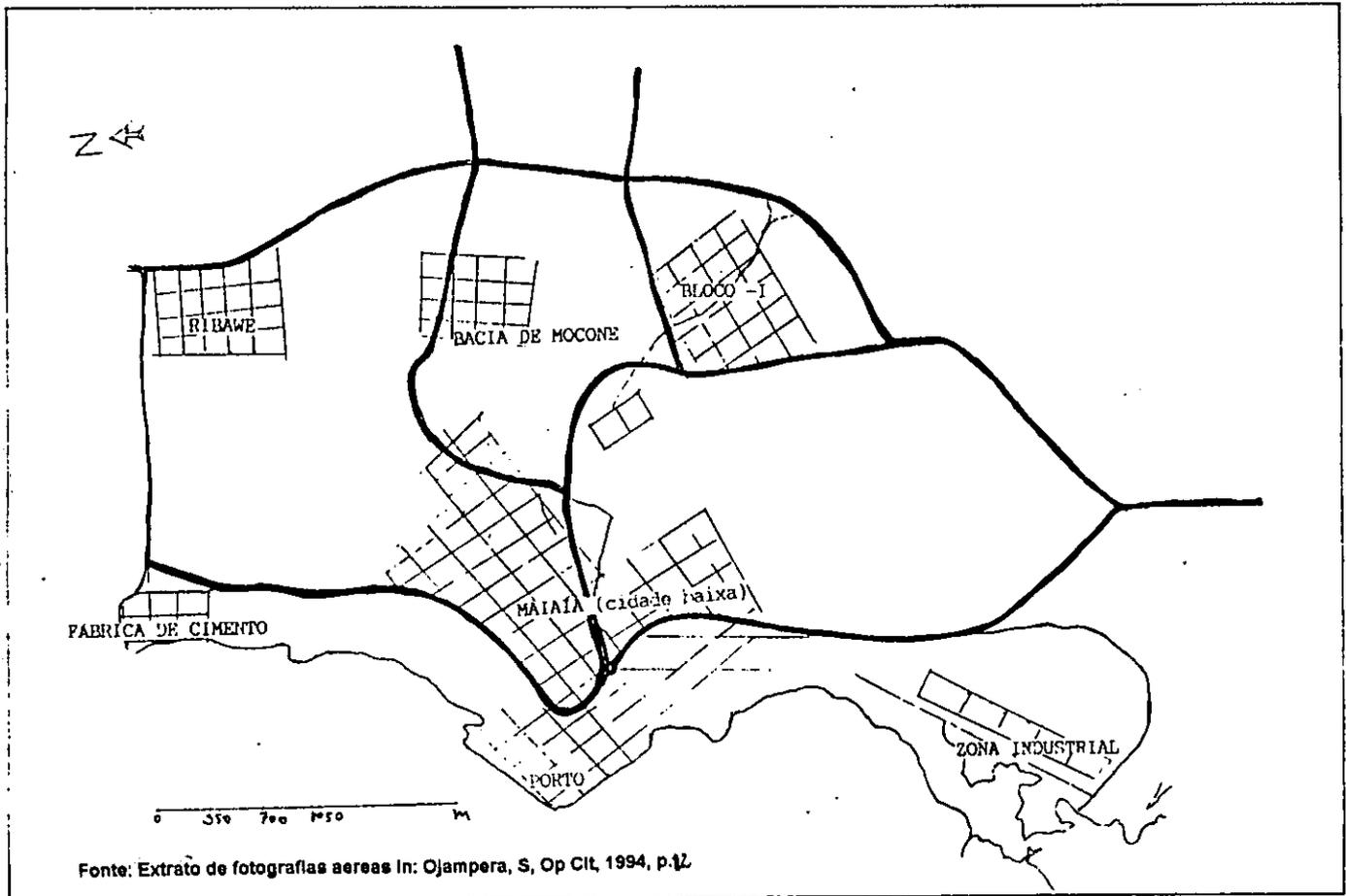


Fonte: Extrato de fotografias aéreas In: Carta de Portugal:
 Província de Moçambique. Folha 539 1639 B2. 1965. 1969/70.

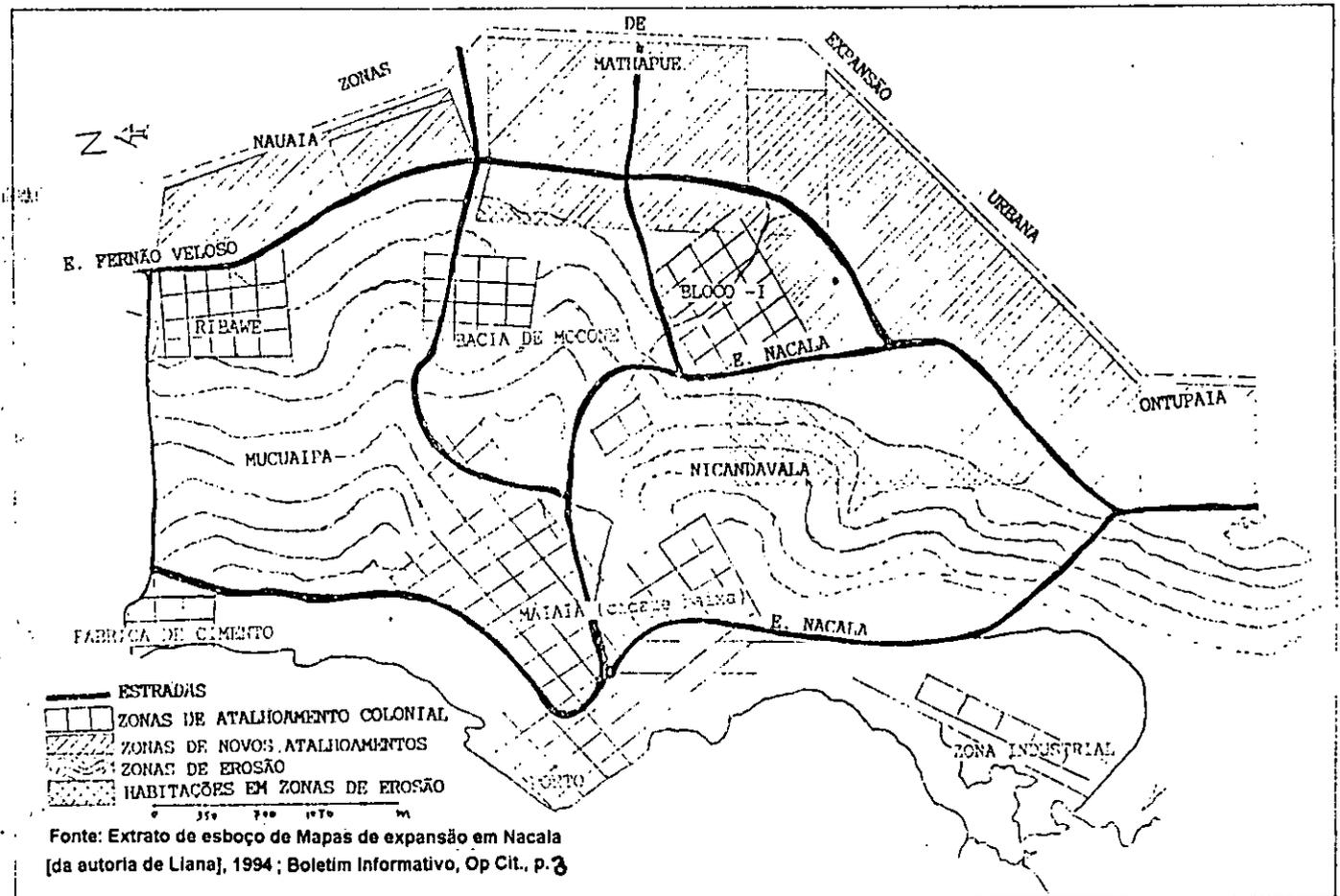
Mapa II



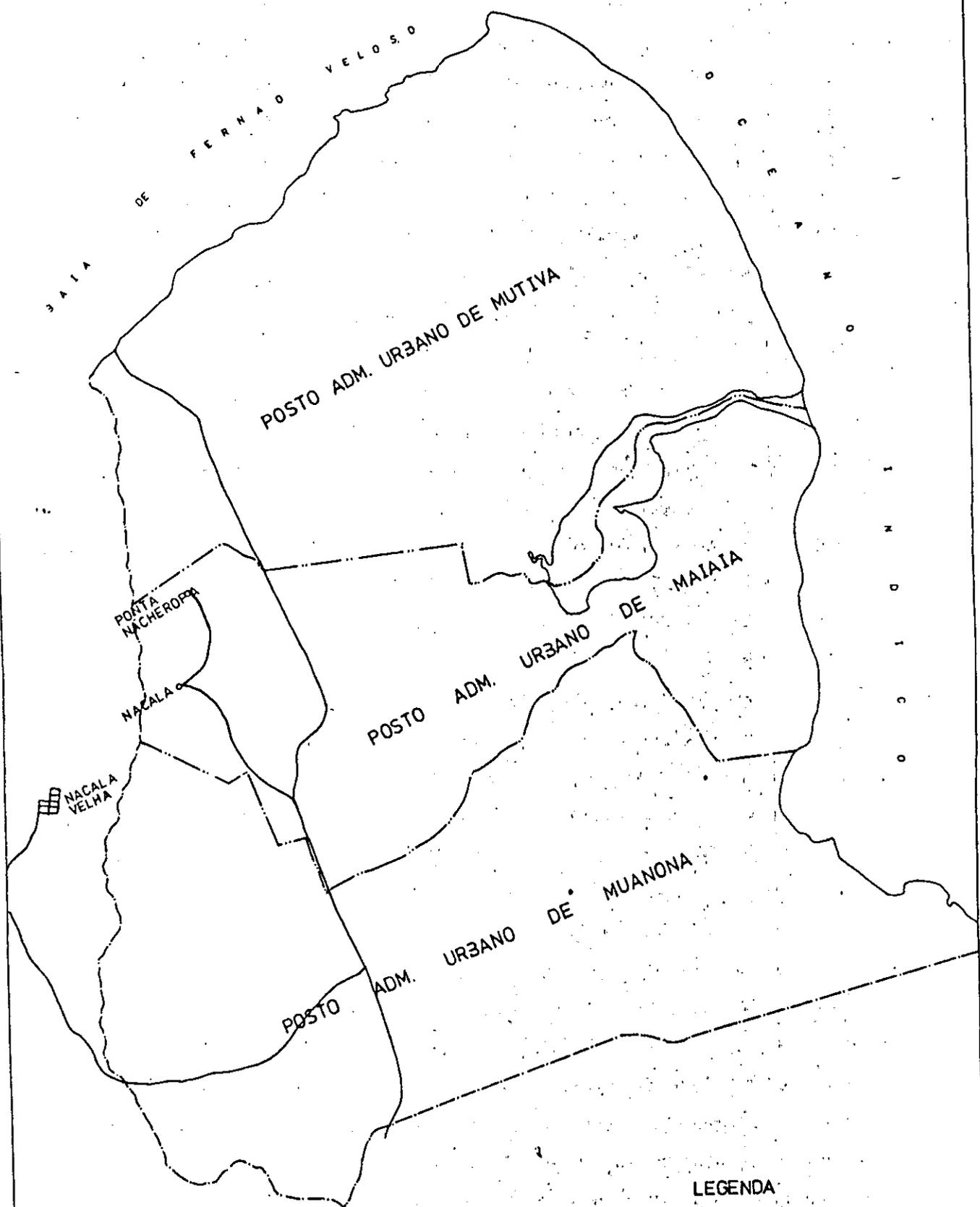
Fonte: Liesegang, G. J. Maputo, 1994.



Fonte: Extrato de fotografias aereas in: Ojampera, S, Op Cit, 1994, p.12



Fonte: Extrato de esboço de Mapas de expansão em Nacala [da autoria de Liana], 1994 ; Boletim Informativo, Op Cit, p.3



LEGENDA

LIMITE DA CIDADE ——— LIMITE DO POSTO ADM. - - - -
ESTRADA ASFALTADA ———

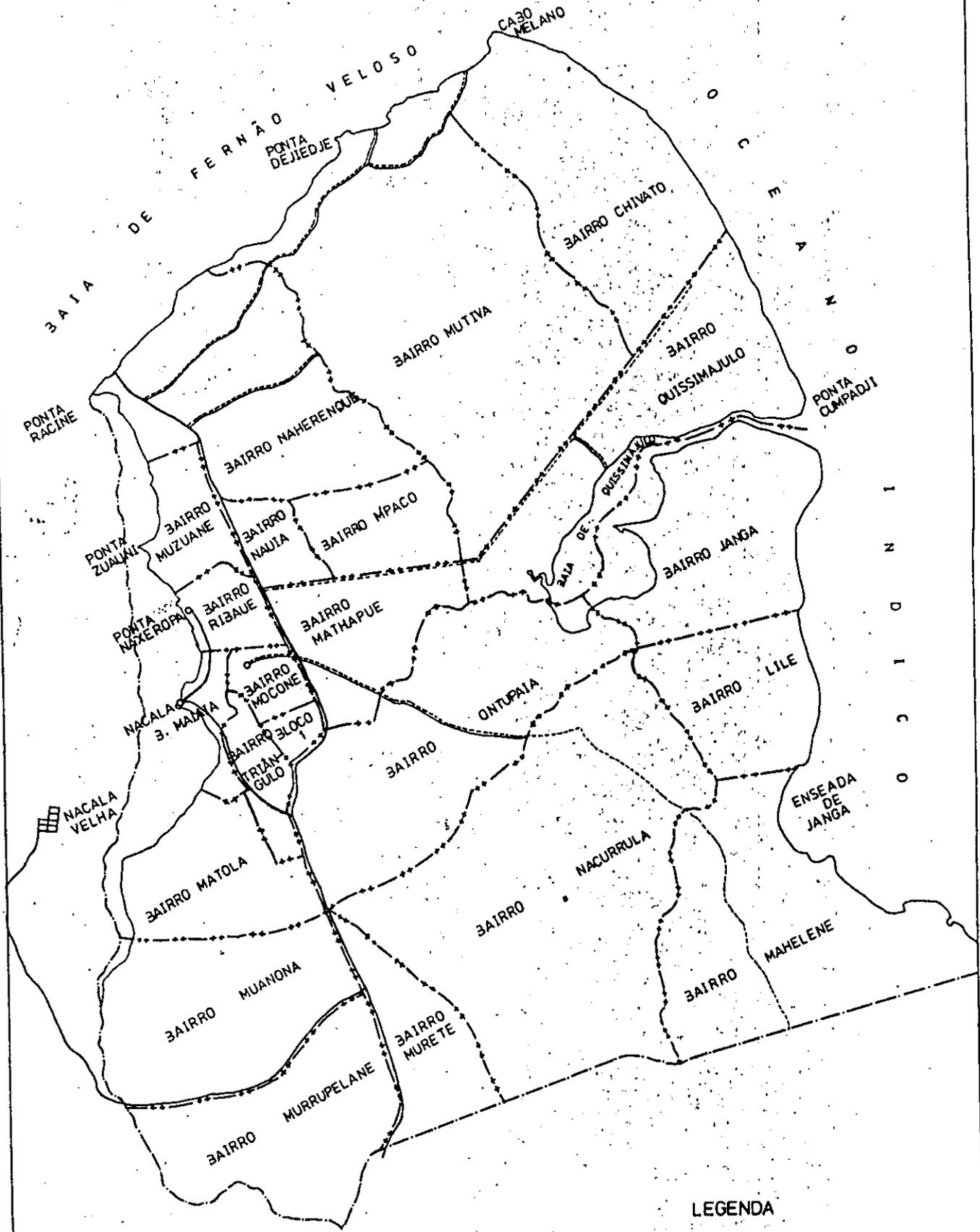
ESCALA: 1/100000

REDUZIDA 90 %

Fonte: Fotocopia de fonte não identificada

Mapa V

CIDADE DE NACALA — NAMPULA
(DIVISÃO EM BAIRROS)



LEGENDA

- LIMITE DA CIDADE ——— LIMITE DO BAIRRO - - - - -
- ESTRADA ASFALTADA ——— ESTRADA EM TERRA - - - - -
- PICADA - - - - -

ESCALA 1/100.000

REDUZIDA 90%

Fonte: Fotocopia de fonte não identificada

TABELAS



Tabela I

DISTRIBUICAO DA POPULACAO
DE NACALA POR BAIRROS EM 1980

BAIRROS	NUM. DE MULHER	%	NUM. DE HOMENS	%	HOMENS E MULHERES	NUM. DE AGREGADOS FAMIL	NUM. DE PESSOA POR AGREGADO
BAIRROS RURAIS							
Muanona	3.992	52	3.774	48	7.766	2.248	3,4
Mupete	1.818	51	1.759	49	3.577	987	3,6
Murrupelane	1.519	51	1.447	49	2.966	795	3,7
Muzuane	1.461	54	1.258	46	2.719	732	3,7
Maherenque	1.885	53	1.704	47	3.589	973	3,6
Quissimajulo	2.063	52	1.889	48	3.952	1.064	3,7
B.DA INTERNEDIA							
Mauaia	1.656	51	1.618	49	3.284	898	3,7
Mathapue	1.831	51	1.785	49	3.616	967	3,7
Ontupaya	2.850	50	2.733	50	5.583	1.541	3,6
Matola	1.560	46	1.809	54	3.369	943	3,5
BAIRROS URBANOS							
Mocone	3.970	46	4.712	54	8.682	2.049	4,2
Triangulo	4.614	44	5.977	56	10.591	2.854	3,7
Ribaue	2.325	48	2.570	52	4.895	1.208	4,0
Tielela	2.555	44	3.219	56	5.774	1.583	3,6
Bloco - I	424	40	635	60	1.059	300	3,5
Maiata	1.517	42	2.099	58	3.616	962	3,7
Total	36.050	48	38.988	52	75.038	20.119	3,7

Fonte: feito pelo autor a partir do Recenseamento Geral da Populacao de 1980.

CURRICULUM VITAE

Hámido Chamacame Mucussete
Residência Nº1 da U.E.M.
8^o Andar, flat 3, quarto 810.
Av: Amílcar Cabral-1254
Telef. 423061/3, ext. nº30
Maputo.

DADOS PESSOAIS:- Data de Nascimento: 20/01/67

- Naturalidade: Mossuril - Nampula
- Estado Civil: Solteiro
- Estatura: 1.63 m

EDUCAÇÃO:

- De 1976 - 1980 Fez o ensino primário na Escola Primária de Liúpo, Mogincual - Nampula.

- De 1981 -1986 fez a 9ª classe na Escola Secundária de Angoche - Nampula.

- De 1987 - 1988 Fez a 11ª classe na Escola 1ª de Maio - Nampula.

- 1989 Ingressou na Universidade Eduardo Mondlane - Maputo.

- 1991-1993 teve aulas suplementares da disciplina de Antropologia social leccionada no departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, e no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, do Instituto Superior das Relações Internacionais. E foi membro activista da ideia de criação de um núcleo de interesse em Antropologia.

- 1994 - Concluiu o 5º ano do curso de História na Faculdade de Letras desta Universidade.

EXPERIÊNCIA:

- 1991. Trabalhou como assistente de campo no projecto de desenvolvimento económico peri-urbano da cidade de Maputo, financiado pela USAID em colaboração com a Comissão Nacional de Plano/Direcção Nacional de Estatística.

- 1993. Fez um estudo de acompanhamento dos ex-alunos do Instituto Industrial de Maputo financiado pela ASDI. O trabalho foi confiado ao Instituto Superior de Relações Internacionais, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais.

- Fez uma pesquisa sobre avaliação do índice nutricional das crianças com idade entre 6 meses e 5 anos, nalguns bairros da cidade e da província de Maputo, visando criar um centro de reabilitação de crianças malnutridas. O projecto foi financiado pelos Médicos Sem Fronteiras da Espanha.

- 1994. Fez uma pesquisa sobre achegas para uma história social de guerra no Distrito de Angoche, tendo em vista a preparação de um WORKSHOP com a participação de Universidades e individualidades estrangeiras, sobre " Historia Social da Crise Político-Económica, Guerra Civil e reconstrução em Moçambique". O projecto foi financiado pela Universidade Técnica de Hannover, R.F.A. - Departamento de Ciências Políticas e História encarregue ao Departamento de História, da Faculdade de Letras, da Universidade Eduardo Mondlane.

- Elaborou e dirigiu o estudo sócio-político e cultural visando avaliar e ajudar o prosseguimento das actividades do Projecto Integrado de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Nacala, em execução desde 1989, cujo objectivo visa o controle e protecção do meio ambiente e combate a erosão. Estas actividades incluíam o reassentamento das populações evacuadas das áreas de erosão. A pesquisa foi financiada pela FINNIDA, através da Embaixada da Finlândia em coordenação com o Ministério da Administração Estatal de Moçambique.

- Desde 1995 trabalha no Ministério da Administração Estatal, no Departamento de pesquisa designado por Núcleo de Desenvolvimento Administrativo. Neste momento integra uma equipa técnica de pesquisa que está a realizar o projecto designado "Projecto Autoridade/Poder Tradicional" com duas fases distintas, tendo culminado, a primeira fase com a elaboração de brochuras sobre o poder tradicional.

- Fez pesquisas de campo e organizou Círculos de debate sobre a problemática em causa, nos distritos de Mocuba (Zambézia), de Angoche (Nampula), de Angónia (Tete), de Chókwè (Gaza), de Cuamba (Niassa), de Manica (Manica), Montepuez (C. Delgado) e de Vilankulo (Inhambane) onde reuniu com diversas forças sociais incluindo os próprios chefes tradicionais de todos os distritos das províncias mencionadas, nas suas diversas facetas, para auscultar opiniões que permitissem reflectir sobre o papel da Autoridade Tradicional e a participação comunitária no processo de descentralização. O Projecto é financiado pela USAID, administrado pelo Instituto Afro-Americano e executado pelo Ministério da Administração Estatal.

- Participou em dois seminários de dimensão internacional, organizados pelo Ministério da Administração Estatal sob o patrocínio da Fundação Fredrich Herbert e pelo Instituto Superior das Relações Internacionais, patrocinado pela Cooperação Suíça, que tiveram lugar no Hotel Polana em que participaram individualidades políticas dos países circunvizinhos, num debate cujos temas foram Autoridade Tradicional, Democracia e Estado.

- Participou no seminário sobre "Paz, Democracia e Desenvolvimento" realizado nas instalações do centro de formação das Telecomunicações de Moçambique, organizado pelo ex-presidente da comissão nacional de eleições e patrocinado pelos países baixos.

- Participou em seminários bimensais, organizados pela Comissão de Terras do Ministério da Agricultura e Pescas, que tinham lugar no centro de formação agrária do instituto nacional de

investigação a gronómica. O tema focava a problemática de terras e o objectivo era de recolher dados com vista a reformulação da lei de terra em Moçambique.

LÍNGUAS:

- Português: Fala, lê e escreve fluentemente;
- Inglês: Fala, lê e escreve;
- Macua (e suas variantes) fala, lê e escreve.